UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

PSICOLOGIA E SAÚDE

Juliana Motta Gomes

Evidências Iniciais de Efetividade do Grupo Psicoeducativo Online com Homens Autores de Violência contra a Mulher: Um Estudo Qualitativo

Porto Alegre

2022

Juliana Motta Gomes

Evidências Iniciais de Efetividade do Grupo Psicoeducativo Online com Homens Autores de Violência contra a Mulher: Um Estudo Qualitativo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Gonçalves Boeckel

Porto Alegre

2022

Catalogação na Publicação

Motta Gomes , Juliana
Evidências Iniciais de Efetividade do Grupo Psicoeducativo Online com Homens Autores de Violência contra a Mulher: Um Estudo Qualitativo / Juliana Motta Gomes . -- 2022.
77 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2022.

Orientador(a): Mariana Gonçalves Boeckel.

1. Violência por parceiro íntimo. 2. Intervenção. 3. Grupo psicoeducativo. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao grupo de pesquisa Famílias e Contextos que, sem o trabalho em equipe, dedicação, acolhimento e grande parceria, esse trabalho jamais seria possível. Em especial, quem caminhou comigo desde o início, pensando cada passo junto, meu parceiro incrível de pesquisa Anderson.

Além de coordenadora do grupo e orientadora, agradeço imensamente à professora Mariana Boeckel por ser inspiração desde os tempos da graduação. Inspiração de profissional, pessoa e colega, sempre guiando os passos e caminhando junto com a gente. Da mesma maneira, agradeço à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e a todos os professores que contribuíram para a minha formação como psicóloga.

Um agradecimento especial aos participantes deste estudo e de todos os grupos já realizados e que ainda estão por vir. À Dra Madgéli Franz e Ivete Vargas que sempre apoiaram o projeto e confiaram em nosso trabalho e em nossa parceria.

Agradeço muito aos meus pais, que possibilitaram que eu pudesse focar nos meus estudos, tendo paciência e compreensão com minhas ausências e me auxiliando de todas as maneiras possíveis. Assim como a eles, agradeço à minha irmã e a todos os meus familiares que são tão presentes mesmo com todas as distâncias.

Aos meus tantos amigues, que foram (e são) tão importantes e fazem com que eu me sinta acolhida, enxergada e permitem ser eu mesma. Vocês trazem muito sentido para minha trajetória e minha existência. À Sa, que chegou no final desse processo e, ainda assim, foi uma pessoa imprescindível para a finalização desse trabalho, obrigada por tudo.

À banca avaliadora, professores Adriano, Angélica e Sheila, por se dedicarem e estarem disponíveis para contribuir com esse trabalho desde a qualificação.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, passaram pela minha vida nesses últimos anos, fazendo parte da minha história e do meu desenvolvimento como pessoa e profissional. Muito obrigada.

Apresentação

São muitos os caminhos que explorei e exploro na Psicologia e a pesquisa foi um dos que me trouxe muitos ensinamentos, desafios e possibilidades. Em 2016 iniciei os estudos sobre conjugalidade e violência, em uma disciplina eletiva, que me aproximaram não só da temática sobre violência contra a mulher (e por parceiro íntimo), mas também da abordagem com qual mais me identifico e trabalho, que é a abordagem sistêmica, a partir dos ensinamentos da professora Mariana Boeckel. Após um ano de intercâmbio e mais afastada dos estudos, retornei em 2017/2 com o objetivo de me aprofundar ainda mais nessa temática e compreender os fenômenos e contextos envolvidos. Foi então que li, pela primeira vez, em nossos seminários, o livro “Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro", organizado pelo professor Adriano Beiras. Para mim, foi o primeiro contato com a existência de grupos reflexivos com Homens Autores de Violência que, a partir de então, foi se aprofundando.

Em 2018 a professora Mariana Boeckel confiou em mim e em meu colega e parceiro, Anderson (que já estava com uma experiência prática nesses grupos), para iniciarmos juntos com ela o protocolo de intervenção presente neste artigo, partindo de estudos semanais e da elaboração uma revisão sistemática acerca das intervenções na área, que em seguida possibilitou a elaboração e aplicação presencial deste protocolo. A elaboração em questão, juntamente com um relato de experiência, consistiu em nosso trabalho de conclusão de curso. Ao longo desse processo, a parceria aumentou e contamos com muitas outras pessoas incríveis, adicionando ideias, mãos, abraços, conhecimentos e reflexões. Só assim foi (e é) possível dar andamento a um trabalho tão desafiador.

Sem dúvidas, a pandemia também influenciou - de diversas e irreparáveis maneiras - não só as nossas vidas, mas também as dos participantes que tivemos contato durante as aplicações. Foi necessária uma adaptação on-line do protocolo, que passou por muitas dúvidas, medos, ajustes e estudos. Estudos que são incessantes e, pensando neles, faço questão aqui de salientar

meu maior inquietamento: a dificuldade (e impossibilidade) de se estudar tudo - de dar conta de todos os atravessamentos da temática que estamos falando, das violências, das minorias, das vulnerabilidades, dos privilégios (sejam os dos homens brancos, heterossexuais e cis, ou dos meus)... E por isso, também, devemos ressaltar a importância de se pesquisar. Para que mais estudos possam surgir e que a Ciência possa se expandir e abranger todas as possíveis camadas. Essa é a minha esperança e o que fez com que eu, mesmo com outros rumos e projetos como psicóloga, acreditasse na importância e necessidade desse projeto.

História do maquinista, trazida pelo participante Patrício* no último encontro: "O *maquinista, 40 anos pilotando, foi o melhor maquinista. (...) no último dia de trabalho dele, chegou um jovem, chegou o Anderson, a Juliana lá para trabalhar com ele né com todo gás, com toda a vontade, né? E vão acompanhar esse maquinista no último dia de trabalho dele. Em cada estação ele descia e pegava um martelinho de borracha e batia na roda do trem. (...) A cada estação ele parava, batia o martelinho de borracha na roda do trem, né? Quando chegou no final da última estação (...) perguntaram para ele por quê que ele, em cada estação, batia com um martelinho de borracha na roda do trem. Aí ele falou: 'eu passei 40 anos, treinei mais de 50 maquinistas e nunca perguntei o porquê disso'. O que que é, o que que a gente conclui disso? Que ele se perpetuou fazendo uma coisa e ele não questionou, nem ele sabia para quê que ele fazia isso. (...) aquele maquinista, que era o melhor, top, ninguém questionava. Ele vinha com aquela cultura que ele... e aí cabe em tudo que nós falamos ao longo desses nove encontros, ele foi pegando aquilo que ele pegou de alguém e foi se perpetuando aquilo, mas teve uma pessoa que pensou: 'mas por quê que ele para em cada estação e bate com esse martelinho de borracha na roda do trem?' Não tem nexo, né? Mas se ele não questionasse, ele também ia passar mais 40 anos fazendo do mesmo jeito. (...) E daí tu consegue tirar vários raciocínios em tudo isso né que é a vida da gente quando a gente diz "não, isso não acontece", né? Mas nós estamos em 2022 (...) quantas não estão descendo do trem hoje ainda e pegando um martelinho de borracha e batendo na roda do trem?*"

*Nome alterado para manter o anonimato do participante

Resumo

Processos culturais e de socialização possuem um impacto direto na identidade e expressão de gêneros, influenciando percepções e comportamentos de homens e mulheres, de maneiras distintas. Reconhecer esses impactos no trabalho com Homens Autores de Violência (HAV) é extremamente importante para se pensar novas masculinidades e alternativas à violência, que é tão presente e enraizada em nossa cultura e sociedade. O presente estudo objetivou avaliar evidências iniciais de efetividade da versão on-line denominado Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV). Foram realizadas aplicações do GPHAV em 3 grupos distintos e, em cada um, realizou-se grupos focais antes e após a aplicação. No total, participaram do estudo 29 homens. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, exploratório e transversal, que utilizou a Análise Temática como método para avaliar os encontros. Como resultados, obteve-se quatro temas principais: Amor Romântico como referência, Machismo e feminismo, Hierarquias de gênero e O que e como o homem sente?. Percebeu-se, nos encontros pós-intervenção, elementos e concepções diferentes nas falas dos participantes em comparação com os encontros pré-intervenção, que apontam uma maior reflexão e responsabilização sobre tópicos importantes. Destaca-se a relevância deste estudo para as reflexões acerca da temática, reforçando a necessidade da avaliação de intervenções com HAV para que, cada vez mais, novos estudos e intervenções contemplem e compreendam as limitações e potencialidades desta prática.

Palavras-chave: Violência por parceiro íntimo; Homens autores de violência; Intervenção em grupo;

Abstract

Cultural and socialization processes have a direct impact on gender identity and expression, influencing the perceptions and behaviors of men and women in different ways. Recognizing these impacts when working with Men Who Commit Violence is extremely important for thinking about new masculinities and alternatives to violence, which is so present and ingrained in our culture and society. The aim of this study was to evaluate initial evidence of the effectiveness of the online version of the Psychoeducational Group with Men Who Commit Violence against Women (GPHAV). The GPHAV was applied to three different groups and focus groups were held in each group before and after the application. A total of 29 men took part in the study. This is a qualitative, descriptive, exploratory and cross-sectional study that used Thematic Analysis as a method to evaluate the meetings. The results showed four main themes: Romantic love as a reference, Machismo and feminism, Gender hierarchies and What and how men feel? The post-intervention meetings revealed different elements and conceptions in the participants' speeches compared to the pre-intervention meetings, pointing to greater reflection and accountability on important topics. The relevance of this study for reflections on the subject is emphasized, reinforcing the need to evaluate interventions with HAV so that new studies and interventions increasingly take into account and understand the limitations and potential of this practice.

Key words: Intimate partner violence; Male perpetrators; Group intervention;

Lista de Abreviaturas e Siglas

FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GPHAV	Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher
HAV	Homens Autores de Violência
NISVS	*National Intimate Partner and Sexual Violence Survey*
OMS	Organização Mundial da Saúde
TCC	Teoria Cognitivo Comportamental
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Viva/SINAN Notificação	Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informações de Agravos de
VPI	Violência por Parceiro Íntimo

SUMÁRIO

1 Revisão de Literatura - Contextualização 12

2 Objetivos 23

2.1 Objetivo Geral 23

2.2 Objetivos Específicos 23

3 Referências da Revisão de Literatura 25

4 Artigo 30

5 Conclusão Geral 65

6 Apêndice 67

Questionário sociodemográfico 67

7 Anexos 69

Normas de formatação do periódico (Revista de Ciências Humanas) 69

1 Revisão da literatura - contextualização

Estudos sobre gênero de diferentes vertentes estão sendo realizados e discutidos no mundo todo (Connell & Pearse, 2015; Fávero 2010; Zanello, 2020; Butler, 2018); neste sentido e corroborando a importância do olhar atento ao fenômeno, Fávero (2010) destaca a necessidade de se ultrapassar o senso comum simplista que reproduz uma concepção naturalizada de hierarquias de gênero e, inclusive, violências de gênero. Connell (1998) salienta, também, a visão binária e reducionista de gênero ainda nos tempos atuais, instigando a discussão sobre a socialização de gênero e seus impactos. Segundo Connell e Pearse (2015) gênero deve ser compreendido como uma estrutura social e, por isso, multidimensional, que envolve uma relação específica com os corpos. Ou seja, é necessário entender os processos de socialização e o poder das estruturas na formação individual para a compreensão de gênero (Connell & Pearse, 2015). O gênero acaba por representar um fator estruturante nas sociedades, definindo que "tornar-se pessoa" equivale à "tornar-se homem" ou "mulher", abrindo margem aos questionamentos binários: o que é ser homem ou mulher "de verdade"? (Zanello, 2020).

Ao abordar-se gênero, estarão presentes diferentes marcadores sociais como: raça, orientação sexual, classe, idade, presença de deficiência etc.; nos quais existirão aqueles que, socialmente, são “normativos” e aqueles que evidenciam desigualdades e violências (Maurício et al., 2022). Percebe-se que a cultura patriarcal, marcada pelo poder de dominação do homem sobre a mulher nas relações sociais, origina as concepções e compreensões de o que é ser homem e o que é ser mulher em nossa sociedade e, ainda que existam conquistas históricas das mulheres contrárias a essa desigualdade, continua a ser uma conduta fortemente reproduzida atualmente (Alves, 2018). Essa dominação pode ser vista por intermédio da ótica da masculinidade hegemônica, proposta por Connell em 1995, como um modelo e padrão hierárquico que prevalece e que acaba por colocar os homens no domínio das relações, desempenhando comportamentos específicos e estereotipados (Connell, 1998). A autora chama a atenção para diferentes masculinidades existentes, fazendo com que alguns homens se

beneficiem mais - ou menos - desse sistema de gênero imposto, sendo as não-hegemônicas percebidas como masculinidades subordinadas, marginais, subalternas e cúmplices. Nessa lógica, nossa sociedade possui uma ideia de masculinidade que engloba e presume a heterossexualidade por parte dos homens, ou seja, “ser homem” significa, também, não ser homossexual ou feminino (Fávero, 2010; Nascimento, 2018). Neste sentido, as mulheres são prescritas, por inúmeros discursos sociais, como frágeis, dóceis, amáveis, submissas, responsáveis pelo "lar" e pelos outros, discursos estes, reproduzidos na filosofia, nas religiões, no senso comum e até nas ciências (Oliveira, 2022). Oliveira também aborda o intenso lugar de submissão atribuído às mulheres quando se trata de relação amorosa: são reproduzidas as desigualdades abordadas anteriormente, provenientes das hierarquias entre os gêneros, escancarando o vínculo entre a subjetivação feminina e o dispositivo amoroso. Como exemplo, o desejo sexual é, culturalmente, concedido às mulheres desde que seja em seu matrimônio, o que sugere a vida sexual ativa como uma característica masculina (Zanello et al., 2015).

Zanello (2020) retoma, historicamente, o objetivo inicial de um casamento: uma instituição para a transmissão de um patrimônio, devendo ocorrer entre pessoas do mesmo círculo social, para evitar a dispersão de fortunas. Com o desenvolvimento e ascensão política da igreja católica, o casamento passa a ser sagrado e o ato de descumprir de suas regras torna-se um dos maiores pecados, continuando a se basear em valores sexistas mesmo com as transformações que se sucederam culturalmente (Zanello, 2020). Billarrubia (2020) também realiza um apanhado histórico, contudo, sobre a evolução e construção do amor, até chegar no amor romântico que conhecemos hoje: padrões que se identificam desde o amor platônico da Grécia Antiga e se percebem na reprodução da apologia ao sofrimento por amor, sacrifícios, busca incessante pela felicidade no amor - o ideal de amor romântico que é condicionado como essencial para ser feliz, ou seja, nenhuma conquista ou realização será plenamente experienciada se não for compartilhada com um parceiro romântico. Fávero (2010) apresenta o amor romântico a partir da ideia da felicidade focada no outro, a ideia de que um indivíduo só

será inteiro quando encontrar sua outra metade, que irá completar. Há também, no ideal do amor romântico, uma permissividade acerca de sentimentos de posse, o ciúme exagerado e o desejo de controle sobre o outro (Billarrubia, 2020). Em relacionamentos pautados nesse ideal, esses aspectos e comportamentos, que são naturalizados, podem ser compreendidos e conectados com a dificuldade em se lidar com a independência em relação ao outro (Arreguy & Garcia, 2012) e, ao mesmo tempo, aquilo que pode ser fonte de intensas alegrias, também é fonte de muitos problemas relacionais e individuais como depressão, comportamentos violentos, perseguição, suicídio e homicídio (Ellis & Malamuth, 2000).

As desigualdades de gênero abordadas até aqui, estão enraizadas nas diferentes manifestações de violências, a partir dessa posição de subordinação atribuída às mulheres historicamente que torna visível a assimetria de poder e relações de dominação por parte do homem (Guedes et al., 2009). Bandeira (2014) corrobora ao salientar a utilização da força real ou simbólica por parte dos homens – muitas vezes por tentativas de se estabelecer relações de submissão e poder – que suscitam situações nas quais as mulheres sentem medo, dependência, isolamento e intimidação, e reforçam os estereótipos de gênero. Visto que, majoritariamente, essas violências são perpetradas pelo atual ou anterior parceiro íntimo, é essencial que esses sejam incluídos em políticas públicas de enfrentamento à Violência por Parceiro Íntimo (VPI) (Barufaldi et al., 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que a violência pode ser resultado de questões sociais, culturais, relacionais, individuais e ambientais, embora, nenhum desses fatores, de maneira isolada, justifiquem ou expliquem comportamentos violentos (WHO, 2002). Quando busca-se compreender os contextos de violências praticadas pelos parceiros íntimos, diversos países, em seus relatórios de violência, utilizam o termo "Violência Doméstica" para abordar esta temática, contudo, este também abrange o abuso de crianças e idosos, ou a violência por parte de qualquer membro da família, sendo reforçada pela OMS a utilização do termo VPI para tal diferenciação, direcionado à qualquer comportamento em uma

relação íntima que cause danos físicos, psicológicos, morais ou sexuais (WHO, 2012). O Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência realizado pela OMS (2014), evidenciou que uma a cada três mulheres que em algum momento da vida, sofreram violências físicas ou sexuais, cometidas pelo parceiro íntimo. Também nos Estados Unidos, em 2015, dados da *National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS)* corroboraram tais informações e a necessidade de um olhar atento para essa problemática, evidenciando que uma em cada quatro mulheres relatou ter sofrido alguma forma de VPI e mais de um terço das mulheres sofreram violência psicológica por um parceiro íntimo durante suas vidas (Smith et al., 2018). No Brasil, dados coletados através da Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Viva/SINAN), no período de 2011 a 2017, destacaram que 62,4% dos casos de violência perpetrados por homens contra mulheres foram classificados como VPI (Mascarenhas et al., 2020). Além disso, de todas as notificações de casos de VPI do SINAN, 91,5% foram realizadas por mulheres (Ministério da Saúde, 2020). Em 2017, também em território brasileiro, das 1.116 mulheres brasileiras que foram entrevistadas pelo DataSenado (2017), 29% relataram ter sofrido violência doméstica, sendo 67% violências físicas, 47% violências psicológicas, 36% violências morais e 15% sexuais. Em 41% dos casos as violências foram cometidas por um homem com quem possuíam relacionamento íntimo, enquanto 33% afirmaram terem sido violentadas por ex-parceiros íntimos. Em 2021 os dados continuaram crescendo: 8 em cada 10 casos registrados de violência sofrida por mulheres foram realizados por algum conhecido, considerando registros em que essa informação de fato se torna disponível (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2022).

Dados alarmantes como estes são evidenciados ao redor do mundo, demonstrando a relevância e a importância de se compreender melhor os fatores que envolvem a VPI, bem como os diferentes padrões e consequências em suas complexidades, visto que estes variam de acordo com as vivências individuais, relacionais e dos contextos socioculturais em que a

violência é perpetrada (Hardesty & Ogolsky, 2020). Tais consequências vão além do impacto imediato da violência, podendo repercutir ao longo da vida de quem sofre, tal como a manifestação de transtornos mentais e problemas de saúde física agudos ou crônicos (Breiding et al., 2015). Diante desses impactos e consequências na saúde das mulheres, em 2003, no Brasil, foi sancionada a Lei nº 10.714 que torna obrigatória a notificação de violências contra mulheres atendidas nos serviços de saúde, entretanto, apenas a partir de 2009 iniciaram-se os registros no SINAN e de 2011 as notificações em todos os serviços de saúde públicos e privados (Brasil, 2016), demonstrando o recente contato com tais dados de maneira mais precisa.

Partindo disso, como recurso fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher e conquista importante no Brasil, deu-se a promulgação da Lei Maria da Penha nº 11.340, em 2006, visando criar mecanismos e coibir a violência contra a mulher, efetivando direitos e proporcionando proteção às mulheres em situações de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006). Embora seja um marco da luta feminista brasileira, críticas são realizadas à lógica tradicional e punitiva pela qual a lei é pautada, sendo essa uma de suas limitações centrais (Vasconcellos, 2015). Contudo, mesmo com a elucidação acerca das vulnerabilidades dessa população e das necessidades e desafios diante da VPI em nível mundial, em 2013 a OMS (2014) estimou que até 38% dos homicídios de mulheres, no mundo, foram perpetrados por parceiros homens, enquanto a proporção inversa foi de 6%. Além disso, no Brasil, dos mais de 151 mil casos de mulheres que sofreram VPI registrados pelas unidades de saúde do SINAN de 2011 a 2016, 2.538 morreram no período de aproximadamente 7 anos após a notificação, sendo a principal causa de óbito homicídio, sugerindo a possível ocorrência de feminicídio íntimo (Pinto et al., 2021). O feminicídio se trata do assassinato de uma mulher por razões da condição do sexo feminino, sendo suas mais comuns motivações o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres, bem como o menosprezo e discriminação contra a condição de mulher (Mello, 2015; Ministério da Saúde, 2016). Para o

enfrentamento desse tipo de homicídio, foi implementada a lei Nº 13.104, tornando-o crime hediondo no Brasil (Brasil, 2015).

Ainda assim, desafios sociais são percebidos na obtenção de dados precisos sobre perpetração de VPI, podendo não serem identificados, notificados e registrados os casos por culpa ou vergonha de ambas as partes envolvidas, bem como medos e preocupações relacionadas às repercussões das situações ou falta de treinamento das equipes que atendem tal população (Breiding et al., 2015). Estes desafios também ficaram aparentes com a pandemia mundial em decorrência da Covid-19, trazendo a necessidade do isolamento social e impactando no agravo de diversos estressores. Neste contexto, evidenciou-se o aumento de alguns fatores de risco para VPI, tais como o menor contato com a rede de apoio e a dificuldade de acesso a serviços de suporte e estresses financeiros, expressados no aumento dos índices de VPI em diversos países (WHO, 2020). O FBSP monitorou e avaliou os casos de violência ocorridos no país. Nesta análise, visando entender os impactos da pandemia na vida das mulheres em situação de violência, a residência continuou como espaço de maior risco: 48,8% das mulheres que sofreram violências relataram que estas ocorreram dentro de casa (FBSP, 2021). No Peru, estudo que analisou dados de ligações à serviço de atendimento para violência contra a mulher (Línea 100), registrou um aumento de 48% nas ligações após o início do isolamento social (Agüero, 2020), assim como no levantamento de dados realizado pelo *World Bank* (Bastos et al., 2020) que registrou um aumento em 27% das denúncias entre março e abril de 2020 no Brasil, primeiros meses de isolamento social, em serviço de suporte à mulher vítima de violência (Ligue 180), comparado com os registros da mesma época no ano anterior. Os autores Bastos et al. (2020) também estimam que durante pandemia as subnotificações desse tipo de violência, já elevadas anteriormente, tenham aumentado ainda mais diante dos complicadores salientados anteriormente, além do fato de que as ligações para linhas de apoio ou serviços de saúde podem estar sendo monitoradas pelo perpetrador e precipitar um ato violento como retaliação (Women's Aid UK, 2020). Contudo, não há

correlação direta de causa e efeito entre isolamento social e aumento dos casos de violência contra a mulher, mas sim um conjunto de aspectos estruturais e culturais que acabam sendo reforçados e naturalizados, como as desigualdades de gênero e desamparo das mulheres durante situações de crise, como a pandemia (Bastos et al., 2020; Ferreira & Neves, 2020).

Diante de todos estes dados e pensando em um enfrentamento eficaz da VPI e na diminuição da reincidência de novos casos, é necessária a compreensão dos fatores de risco para a manutenção da violência, como histórico de maus-tratos na infância, estratégias de resolução de conflitos, crenças legitimadoras de violência conjugal, dificuldades no manejo de raiva e uso de álcool, dentre outros (Moura et al., 2020). Juntamente a essas compreensões, se requer atenção imediata dos setores de saúde para além da prevenção e psicoeducação, atingindo a gestão e novas habilidades diante dos cuidados, intervenções e programas de monitoramento (Cubillos et al., 2020). Diante destes aspectos, e da conotação negativa já carregada pelo termo da violência em si, que se intensifica quando se aborda Homens Autores de Violência (HAV) contra a mulher, Toneli et al. (2017) reforçam a recomendação de um olhar atento para os direitos humanos e a problematização dos aspectos culturais e sociais, buscando a não individualização e ou psicopatologização dessas situações, com medidas que promovam equidade de gênero e criem estratégias para a superação dos contextos adversos tanto políticos como econômicos. Nesse sentido, é recomendação da OMS o trabalho direto com homens autores de violência (HAV), como importante estratégia de prevenção à VPI (WHO, 2016), assim como a Lei nº 13.984 (Brasil, 2020) que altera o artigo 22 da Lei Maria da Penha estabelecendo como obrigatória a frequência do HAV a um centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Vale ressaltar que os termos "agressor" para os homens e "ofendida" para as mulheres, ainda muito utilizados no âmbito judicial, estão enraizados em uma tendência punitiva que reforça estereótipos de homem infrator e forte e da mulher agredida e fraca, e são alvos de muitas críticas (Büge & Obregon, 2018). Contudo, o olhar crítico a tal definição judicial incentiva a criação de diferentes iniciativas para com essa

população, fazendo com que as penalidades, historicamente reproduzidas e que surgiram unicamente para reprimir condutas violentas, estejam passando por grandes transformações e avanços a partir da aplicação de medidas educativas, que buscam a ressocialização e reeducação dessa população (Silva & Sanches, 2019). Por conseguinte, além do imprescindível olhar e trabalho com as mulheres que sofrem tais violências, e as medidas protetivas existentes, investir em uma intervenção que viabilize a reflexão e responsabilização dos autores de violência, torna-se essencial (Brasil, 2006; Beiras et al., 2019). Trabalhar com essa população é uma forma ética de respeitar a individualidade de cada sujeito e os marcadores de gênero, raça e classe que englobam este fenômeno multifatorial, multicausal e multideterminado que é a violência contra a mulher (Maurício et al., 2022).

Embora ainda existam barreiras para esta prática com HAV, a criação de serviços de atenção para essa população, fomentou o interesse dos serviços públicos em realizar tais intervenções, em contraposição às penas historicamente implementadas (Beiras, 2014). Dessa maneira, faz-se de extrema necessidade a construção de espaços seguros que permitam um vínculo dos profissionais com os HAV e a partir de uma expressão livre, a construção de processos reflexivos (Antezana, 2012). Tais percepções acerca dos contextos e diferentes agentes e aspectos envolvidos na situação de VPI podem ser compreendidas por intermédio da perspectiva teórica sistêmica. Essa perspectiva teórica contextualiza o fenômeno, amplia o foco e permite a visualização de uma teia de eventos com relações intrassistêmicas e interssistêmicas, que se distingue de uma visão dualista das relações, considerando as constantes mudanças dos sistemas, suas evoluções, ligações e tendência à auto-organização, bem como as diferentes possibilidades de se existir no mundo (Vasconcellos, 2002). Beiras et al. (2020) corroboram esses pressupostos, salientando a busca da compreensão do contexto e a percepção da formação das subjetividades e significados construídos coletivamente, que configuram as compreensões acerca do mundo. Nesse sentido, intervenções sistêmicas com

HAV viabilizam o olhar complexo acerca de um fenômeno, envolvendo não apenas o indivíduo, mas a sociedade e a realidade que perpassa a VPI (Goulart et al., 2020).

No Brasil, o Instituto Noos foi um dos precursores em trabalhos com HAV e grupos reflexivos de gênero, desenvolvidos desde 1999 (Beiras & Bronz, 2016), sendo referência desta prática em todo o país. Atualmente, de acordo com extenso mapeamento nacional realizado por Beiras et al. (2020), 312 programas ou grupos com HAV foram identificados em âmbito nacional. Contudo, acerca da estruturação dos programas para HAV, no Brasil percebe-se que não há homogeneidade nas metodologias e estruturas utilizadas, e embora quase todos possuam algum modelo avaliativo, raramente estes são disponibilizados para outros grupos ou divulgados através de publicações, dificultando a produção de reflexões e críticas que possam auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas e diretrizes para a novos programas de intervenção (Beiras et al., 2019). Embora programas de intervenção com HAV sejam utilizados mundialmente, dentro ou fora dos sistemas judiciais, são ambivalentes os resultados em relação às eficácias, sendo as conclusões das revisões teóricas muito diferentes diante dos rigores necessários para inclusões dos estudos, metodologias e resultados (Niolon et al., 2017).

Em revisão sistemática realizada por Goulart et al. (2020) acerca de intervenções com homens acusados de VPI, percebeu-se a escassez de estudos brasileiros acerca dessa temática e destacou-se a importância de iniciativas científicas em relação a essas intervenções. A revisão de Goulart et al. (2020), também evidenciou as diferentes abordagens utilizadas nas intervenções, com técnicas e embasamento teórico da Teoria Cognitivo Comportamental (TCC), da Psicologia Positiva, de modelos Bioecológicos, da perspectiva social crítica, de teorias sistêmicas, entre outras, com a perspectiva feminista de maneira transversal para a compreensão dos aspectos sociais do fenômeno. Independente dos embasamentos teóricos distintos, temáticas fundamentais como a promoção de empatia em relação à vítima, a responsabilização por atos violentos, o treinamento de habilidades sociais, a reflexão acerca de aspectos sociais relacionados a gênero e exercícios de regulação emocional foram percebidos

na maioria dos programas (Goulart, et al., 2020). Diante dos resultados dessa revisão e achados da literatura nacional e internacional, foi elaborado pelo grupo de pesquisa da qual a autora dessa dissertação faz parte (Grupo de Pesquisa Famílias & Contextos, coordenado pela Profa Mariana Boeckel - Programa de Pós-graduação Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA), o protocolo de intervenção psicossocial intitulado Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV) em sua modalidade presencial e aplicado como piloto em 2019. Em decorrência da pandemia da Covid-19, foi necessária a adaptação deste protocolo para aplicações on-line, que atualmente encontra-se em sua nona aplicação. O contexto pandêmico trouxe a necessidade de transformações das práticas sociais em nível mundial, como redefinições de padrões estabelecidos previamente acerca de atividades de ensino, saúde, sociais e outras práticas, adaptando-as para a modalidade virtual (Beiras et al., 2020).

Linhares e Pitanguy (2016) salientam também a existência de intervenções com HAV na maioria das capitais brasileiras, contudo, chamam a atenção para a falta de diretrizes e bases conceituais e metodológicas estruturadas, demonstrando também a importância da elaboração de um protocolo e sua avaliação, visto que a ausência de instrumentos que registrem e avaliem esses serviços dificultam a análise dos efeitos alcançados pelos mesmos. No protocolo em questão, a técnica de grupo focal foi utilizada antes e após a intervenção, sendo essa um instrumento qualitativo indicado quando busca-se levantar e compreender, de um grupo de informantes, opiniões, valores e relevâncias, através de uma discussão realizada em reuniões, com pequeno número de participantes e um entrevistador que buscará focalizar e aprofundar as discussões com as intervenções previstas (Minayo, 2006). Segundo Basch (1987), a utilização de grupos focais pode minimizar a baixa efetividade de programas e reduzir o número de iniciativas embasadas incorretamente, além de proporcionar uma aproximação e integração entre os participantes e pesquisadores, e desenvolver um processo que visa compreender as experiências dos indivíduos e seus contextos, contemplando assim os objetivos deste estudo.

Os homens inseridos nestes processos grupais passam a se perceberem enquanto grupo, passando da inicial negação individual de suas responsabilidades para o reconhecimento de suas emoções e a existência de uma masculinidade patriarcal, hegemônica, e à responsabilização por seus atos violentos, processo que passa por essa identificação coletiva (Andrade, 2014). Diante da importância e repercussões destes trabalhos com HAV, da escassez de estudos e publicações acerca da aplicação estruturada de protocolos e do monitoramento e de suas avaliações, evidencia-se a relevância deste trabalho e da avaliação qualitativa de um protocolo online de intervenção psicossocial em grupo com homens acusados de violência contra a mulher, à luz de uma compreensão sistêmico-relacional do fenômeno da VPI. A partir destes resultados, intenciona-se consolidar a intervenção em foco, além de fomentar novas estratégias de prevenção de fenômenos violentos e políticas públicas voltadas para HAV.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Avaliar evidências iniciais de efetividade da versão online do protocolo de intervenção psicoeducativa denominado Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV)

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as características sociodemográficas e pessoais dos participantes;

- Conhecer as concepções dos participantes e temáticas emergentes no grupo a respeito de violência, gênero, resolução de conflitos e manejo emocional, antes e após a participação do protocolo online;

- Compreender as repercussões do GPHAV nas concepções dos participantes em relação às temáticas emergentes no grupo a respeito de violência, gênero, resolução de conflitos e manejo emocional, após a participação do protocolo.

3 Referências da Revisão de Literatura

Alves, C. (2018). O feminicídio e cultura do ódio contra a mulher na sociedade patriarcal: conquistas e desafios. *Prêmio AMAERJ.* https://www2.amaerj.org.br/premio/themencode-pdf-viewer-sc/?tnc_pvfw=ZmlsZT1odHRwOi8vd3d3Mi5hbWFlcmoub3JnLmJyL3ByZW1pby93cC1jb250ZW50L3VwbG9hZHMvMjAyMS8wNC9PLWZlbWluaWNpZGlvLWUtYS1jdWx0dXJhLWRvLW9kaW8tY29udHJhLWEtbXVsaGVyLW5hLXNvY2llZGFkZS1wYXRyaWFyY2FsLnBkZiZzZXR0aW5ncz0xMTExMTExMTExMTExMTAwJmxhbmc9cHQtQlI=

Antezana, A. P. (2012). Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica, 21*(42), 9-27. https://doi.org/10.38034/nps.v21i42.121

Arreguy, M. E, & Garcia, C. A. (2012). A ausência de ciúme como um ideal cultural: reflexões clínicas sobre a fragilidade subjetiva frente ao amor na atualidade. *Revista Physis, 22*(2), 755-77. https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000200019

Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: A construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado, 29*(2), 449-469. https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008

Barufaldi, L. A., Souto, R. M. C. V., Correia, R. S. B., Montenegro, I. V. P., Silva, M. M. A., & Lima, C. M. (2017). Violência de gênero: Comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciência & Saúde Coletiva, 22*(9), 2929-2938. https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017

Bastos, G., Carbonari, F. & Tavares, P. (2020). *Addressing Violence against Women under COVID-19 in Brazil: O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-19.* The World Bank/ Grupo Banco Mundial.

http://documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf

Beiras, A. (2014). *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Instituto Noos. https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2021/06/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf

Beiras, A., & Bronz, A. (2016). Metodologia de grupos reflexivos de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos. https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/06/Metodologia-Noos__PDF-final.pdf

Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P de F. (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: Adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica, 29*(68), 61-75. https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606

Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: Um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade, 28*(1), 262-274. https://doi.org/10.1590/s0104-12902019170995

Billarrubia S., L. (2020). *Eco e Narciso: ressonâncias do amor romântico na contemporaneidade* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo - USP]

Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. (2006). *Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Brasil Presidência da República. Secretaria-Geral. (2020). *Lei Nº 13.984, de 03 de Abril de 2020.* Altera o art. 22 da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm

Büge, C. J., & Obregon, M. F. Q. (2018). Análise Crítica da Finalidade e Eficácia da Lei Maria da Penha à Luz da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a

Violência Contra a Mulher - Convenção Belém do Pará. *Derecho y Cambio Social, 54*(1), 1-23. https://www.derechoycambiosocial.com/revista054/ANALISE_CRITICA.pdf

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. José Olympio.

Connell, R. W. (1998). Masculinities and globalization. *Men and masculinities, 1*(1), 3-23. https://doi.org/10.1177/1097184X98001001001

Connell, R. & Pearse, R. (2015). *Gênero uma perspectiva global: compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo.* (3ª ed.). nVersos.

Cubillos N. S., García C V. C, Zapata-Losada L. V. & Díaz-Usme Olga S. (2020). Intervenciones en violencia de género en pareja: Artículo de Revisión de la Literatura. *Revista Cuidarte. 11*(3), https://doi.org/10.15649/cuidarte.980

Ellis, B. J., & Malamuth, N. M. (2000). Love and anger in romantic relationships: A discrete systems model. *Journal of Personality, 68*(3), 525-556, https://doi.org/10.1111/1467-6494.00105

Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero. Psicobiografia, Sociocultura e Transformações*. Editora UFPR.

Ferreira, B. de O., & Neves, A. L. M. das. (2020). Reflexões sobre o feminicídio no contexto da pandemia de Covid-19 no Amazonas. *Revista Espaço Acadêmico, 20*(224), 47-57. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55048

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). *Relatório visível e invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil.* (3° ed.). relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf (forumseguranca.org.br)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.* https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5

Goulart, A. D., Gomes, J. M., & Boeckel, M. G. (2020). Intervenções com homens acusados de violência por parceiro íntimo: Revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos, 13*(1), 270-292. https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13270

Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C. & Fonseca, R. M. G. (2009). A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Esc Anna Nery. Ver Enferm.13*(3), 625-631. https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024

Linhares, L. B., & Pitanguy, J. (2016). *Violência contra as mulheres: Os serviços de responsabilização dos homens autores de violência.* Rio de Janeiro: Cepia.

Mascarenhas, M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M. S. de., Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. de M. & Corassa, R. B. (2020). Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia, 23*(1), https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1

Maurício, A. C., Nery, G. V., Novaes, R. C. de P., Scott, J. B. & Beiras, A. (2022) Metodologia de Grupos Reflexivos Para Homens Autores de Violência e a Judicialização da Vida: O Caso do Projeto Ágora. In A. Beiras et al. (Org.) *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas.* (1ª ed). CEJUR

Minayo, M. C. de S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (9ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Moura, J. Q. de, Bordini, T. C. P. M., Ennes, J. V., Kucera, M. F., Krindges, C., & Habigzang, L. F. (2020). Homens autores de violência contra mulher: Um estudo descritivo. *Contextos Clínicos, 13*(1), 174-197. https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.09

Niolon, P. H., Kearns, M., Dills, J., Rambo, K., Irving, S., Armstead, T., & Gilbert, L. (2017). *Preventing Intimate Partner Violence Across the Lifespan: A Technical Package of Programs, Policies, and Practices. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention*

and Control, Centers for Disease Control and Prevention. https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipv-technicalpackages.pdf

Oliveira, A. (2022). Desatando os nós: não era casa, nem lar, testemunhos de violência doméstica (Oeiras, Piauí, 1994-2012). *História Oral, 25*(1), 177–188. https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1230

Organização Mundial de Saúde (2014). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência.* https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf

Silva, R. J. da., & Sanches, C. A. (2019). Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica no município de Caçador. *Ponto de Vista Jurídico, 8*(1), 66-74. https://doi.org/10.33362/juridico.v8i1.1834

Toneli, M. J. F., Beiras, A., & Ried, J. (2017). Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas, 51*(1), 174-193. https://doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n1p174

Vasconcellos, M. J. E. de (2002). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência.* (11ª ed.). Campinas: Papirus.

Women's Aid, U. K. (2020). *The impact of COVID-19 on women and children experiencing domestic abuse, and the life-saving services that support them.* https://www.womensaid.org.uk/wp-content/uploads/2022/10/The-impact-of-Covid-19-on-domestic-abuse-support-services-findings-from-an-initial-Womens-Aid-survey-1.pdf

World Health Organization (2002). *World report on violence and health.* http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf;jsessionid=E83A27E56A178C8350C04FAD9A1C52DB?sequence=1

World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women.* https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf

World Health Organization (2016). *Violence against women, Intimate partner and sexual violence against women*. http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/

World Health Organization (2020). *COVID-19 and violence against women: What the health sector/system can do.* https://iris.paho.org/handle/10665.2/52016

Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: Facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia, 27*(3), 238-246. https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483

Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.* Curitiba: Editora Appris.

4 Artigo

Evidências Iniciais de Efetividade do Grupo Online com Autores de Violência contra a Mulher

Initial Evidence of Effectiveness of Online Group with Perpetrators of Violence against Women

Artigo a ser submetido à Revista "Revista de Ciências Humanas"
Qualis B2

Juliana Motta Gomes

Mariana Gonçalves Boeckel

Resumo

Processos culturais e de socialização possuem um impacto direto na identidade e expressão de gêneros e reconhecer este impacto no trabalho com Homens Autores de Violência (HAV) é necessário. O objetivo do presente estudo foi avaliar evidências iniciais de efetividade da versão on-line de um protocolo de intervenção psicoeducativa em grupo com homens acusados de violência contra a mulher (GPHAV). O estudo é qualitativo, descritivo, exploratório e transversal. Foram realizados 3 grupos focais antes e 3 após cada aplicação do protocolo, avaliados a partir de Análises Temáticas e totalizando 29 participantes. Como resultados, obteve-se quatro temas principais: Amor Romântico como referência, Machismo, Hierarquias de gênero e O quê e como o homem sente?. Percebeu-se elementos e concepções diferentes nas falas dos participantes após terem participado do GPHAV, que apontam uma maior reflexão e responsabilização sobre tópicos importantes, após a intervenção, bem como a efetividade desta.

Palavras-chave: Violência por parceiro íntimo; Homens autores de violência; Intervenção;

Abstract

Cultural and socialization processes have a direct impact on gender identity and expression and recognizing this impact in working with male perpetrators is necessary. The purpose of the present study was to evaluate initial evidence of effectiveness of the online version of a group psychoeducational intervention protocol with men accused of violence against women (GPHAV). The Method of the study is qualitative, descriptive, exploratory, and cross-sectional. Three focus groups were conducted before and three after each application of the protocol, evaluated by Thematic Analysis and totaling 29 participants. As results, four main themes were obtained: Romantic Love as a reference, Machismo, Gender Hierarchies and What and how men feel? We noticed different elements and conceptions in the speeches of the participants that point to a greater reflection and accountability on important topics after the intervention, as well as its effectiveness.

Keywords: Intimate partner violence; Male perpetrators; Intervention;

Introdução

A socialização, ao se ancorar em modelos culturais e relações intersubjetivas, reproduz e reconstrói modelos de "ser homem" e "ser mulher", constituindo as identidades de gênero, com especificidades e estereótipos (Nascimento et al., 2009). Culturalmente, vivemos em uma sociedade patriarcal que se desenvolveu a partir de um sistema social em que homens possuem privilégios e controle em diferentes instâncias, reproduzindo a ideia errônea de que o masculino é superior ao feminino, ou seja, uma realidade machista (Sepulveda & Sepulveda, 2019). Segundo Bourdieu (2002), neste contexto, há um princípio da inferioridade da mulher em relação ao homem: enquanto os homens estariam voltados para a busca do trabalho e remuneração, sendo provedores para a família, as mulheres ficariam com cargos domésticos e cuidados no âmbito emocional. Bourdieu ressalta que, mesmo que simbolicamente, “a pior humilhação para um homem é ser transformado em mulher” (p. 32).

O conceito de masculinidade hegemônica, proposto por Connell em 1995 (Connell, 1998), refere-se à uma masculinidade que frequentemente será mais honrada e desejada em um contexto particular, representada por um padrão de comportamentos normativos, identidades e práticas que, na cultura ocidental, mantém a ordem patriarcal. Connell e Messerschmitt (2013), ao dialogarem sobre o termo, ressaltam que a masculinidade hegemônica exige uma posição de todos os homens em relação à mesma, além de legitimar a subordinação das mulheres diante dos homens. Contudo, Connell e Messerschmitt salientam que a masculinidade não deve ser vista com uma entidade fixa, mas como masculinidades - no plural - como configurações de práticas que se diferenciam de acordo com o contexto social local, regional e global.

Evidencia-se uma grande dificuldade, por parte dos homens, em refletir acerca dos discursos sobre masculinidades e doutrinas sociais, bem como de se responsabilizarem por seus atos violentos. Essa resistência é marcada e influenciada pelos mitos que constroem essas formas soberanas de ser homem, gerando distorções, preconceitos, silêncios e discursos que

demarcam o imaginário social (Guimarães & Diniz, 2017). Embora todos os homens sejam privilegiados pelas estruturas patriarcais, nem todos os homens compartilham esses privilégios de maneira igualitária, por exemplo, homens gays são muitas vezes excluídos da “real” categoria de homens, sendo relacionados com tudo o que é feminino diante da ordem de gênero (Connell, 1998). Essa subordinação dos homens gays em relação aos homens heterossexuais em decorrência de sua sexualidade, pode ser ainda mais agravada na interação com raça, etnia e classe social, visto que as masculinidades são construídas nessas intersecções (Hurtado & Sinha, 2016). Da mesma maneira, os comportamentos toleráveis e aceitáveis em relações amorosas são construídos a partir de uma concepção cultural do amor, que reflete desigualdades e reforça tais estereótipos, transmitindo a inferioridade da feminilidade e superioridade da masculinidade (Kågesten et al., 2016).

A concepção cultural do amor é representada pelo conceito do amor romântico, que pode ser compreendido como um conjunto de crenças sobre o poder do amor e a perfeição do romance, que incluem a idealização da pessoa amada e de um amor verdadeiro capaz de superar todos os obstáculos (Lantz, 1982). A visão de um relacionamento amoroso a partir do amor romântico é compartilhada pela sociedade moderna e reforçada pelo Estado, a religião e a família, também com a imposição de estereótipos de gênero específicos para homens e mulheres, através de elementos religiosos, comportamentos de submissão e dominação que reproduzem relações de poder desiguais entre os gêneros (Rafanhim et al., 2019). Essa referência de amor para os relacionamentos amorosos na cultura ocidental, principalmente em relações heterossexuais, possui uma narrativa romântica que coloca a mulher em uma posição de “precisar ser salva pelo homem, completa e realizada” e o homem em uma posição de “precisar ser naturalmente forte, cheio de poder e seguro de si” (Vincent & McEwen, 2005). A ideia de o que é "ser macho" e "ser masculino" dentro das normas, em nossa sociedade, acaba por impulsionar os homens a reagirem de maneira violenta contra mulheres, outros homens e contra si próprios (Fávero, 2010). Tais crenças, socialmente aceitas, permeiam a construção de

relações amorosas desde a infância, sendo a ideia de amor associada à aceitação de comportamentos abusivos a partir do controle e do ciúme (Ruiz-Palomino et al., 2021). Nesse sentido, a internalização de um machismo estrutural que reproduz essas crenças, é evidenciada desde a infância dos meninos, no desenvolvimento social, nos valores, nas práticas e nas compreensões sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, produzindo, muitas vezes, modelos e ações violentas (Bueno et al., 2020).

Lelaurain et al. (2018) ressaltam diferentes estudos que apontam o amor romântico como legitimador da Violência por Parceiro Íntimo (VPI), visto que esta visão é sustentada por estereótipos de gênero e pela internalização de ideologias patriarcais. A naturalização de comportamentos agressivos e atitudes violentas e sua correlação com características masculinas, leva muitos homens a desconsiderar seus atos como violência (Diniz et al. 2003). Muitas vezes, quando os homens expressam o sentimento de injustiça, manifestam o desconforto que experienciam quando o seu lugar de autoridade é afetado ou rompido na relação, sendo o motivo do ato violento atrelado a uma exterioridade absoluta e incontrolável (Einhardt & Sampaio, 2020). Tendo estes aspectos em vista, embora existam e sejam inevitáveis as influências do contexto machista, a responsabilidade pelos atos violentos e machistas e decisões individuais dos homens devem ser imprescindivelmente consideradas e atribuídas a eles, pois continuam sendo escolhas diante de diferentes alternativas (Bueno et al., 2020).

O presente estudo utiliza, para sua análise, a aplicação de um protocolo de intervenção psicossocial intitulado Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV), que foi elaborado na modalidade presencial no ano de 2019 e adaptado para o contexto on-line em 2020 (Streit et al., 2022). A perspectiva teórica sistêmica embasa este protocolo, incorporando estudos de gêneros, feministas e permitindo uma ampliação do foco diante do fenômeno estudado, contextualizando-o e possibilitando a visualização dos fenômenos, recursivamente interligados, com relações intrassistêmicas e intersistêmicas, que se

distingue de uma visão dualista das relações, considerando as constantes mudanças dos sistemas, suas evoluções e tendência à auto-organização (Vasconcellos, 2002). Goulart et al. (2020) ressaltam que intervenções sistêmicas com HAV viabilizam o olhar complexo que envolve não apenas o indivíduo, mas a sociedade e a realidade que perpassa a VPI. Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) segue o Modelo Ecológico para compreender a violência, que propõe uma visão contextual e sistêmica das influências de fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais ou estruturais. Nesta continuidade, a metodologia empregada em grupos reflexivos é um elemento fundamental para que tenham os seus objetivos alcançados, visto que o foco deste tipo de intervenção estará na mudança de comportamento e na compreensão sobre a realidade e contextos sociais (Bueno et al., 2020). Os processos reflexivos responsabilizantes, como o do presente estudo, objetivam transformar os pontos em comum entre masculinidade e violência, que podem se apresentar de diferentes maneiras para cada homem (Beiras et al., 2021).

Diante disso, esta pesquisa buscou avaliar as evidências iniciais de efetividade do protocolo GPHAV, que possui grupos focais realizados antes e após a intervenção, nos quais os conteúdos trabalhados durante os encontros são explorados. A análise se deu a partir destes encontros, buscando compreender e identificar diferenças nas concepções dos homens participantes acerca de gênero, resolução de conflitos, violência e manejo emocional.

Método

Este é um estudo qualitativo, descritivo, exploratório e transversal.

Participantes

Para este estudo foram considerados dados derivados de três grupos on-line (três aplicações do protocolo GPHAV). Os grupos foram compostos por 11, 9 e 9 participantes no início, e finalizaram com 7, 7 e 5. Essa perda amostral já era prevista e está de acordo com taxa de desistência conforme as aplicações do estudo piloto. No total, 29 participantes iniciaram o

programa e participaram dos grupos focais pré-intervenção e 19 concluíram o programa e integraram os grupos focais pós-intervenção.

Como critérios de inclusão, foram considerados: homens voluntários, brasileiros, maiores de 18 anos, alfabetizados, respondendo a processos judiciais com base na Lei 11.340 Maria da Penha, no 1º e 2º Juizados da Vara de Violência Doméstica e Familiar do Foro Central de Porto Alegre, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), com acesso à internet via algum dispositivo, além de estarem com suas funções mentais preservadas, como cognição, linguagem e atenção. Como critérios de exclusão, destacam-se os homens acusados de violência contra outras mulheres que não são ou foram suas companheiras e condenados a encarceramento.

No que tange às características dos participantes, verificaram-se: a média de idade de 38,5 anos, a escolaridade sendo 13,8% com o ensino fundamental incompleto, 3,4% com o ensino fundamental completo, 34,5% com o ensino médio incompleto, 10,3% com o ensino médio completo, 20,7% com o ensino superior incompleto, 6% com o ensino superior completo, 3,4% com pós-graduação e 6,9% com curso técnico. Em relação ao estado civil, 48,3% dos participantes se encontravam solteiros, 10,3% namorando, 10,3% separados ou divorciados e 31% casados ou com uniões estáveis. A cor autodeclarada de 51,7% dos participantes foi branca, 31% dos participantes preta e 17,2% parda. 65,5% possuíam filhos, enquanto 34,5%, não.

Instrumento

O instrumento de coleta de dados foi o grupo focal, realizado duas vezes em cada uma das aplicações do GPHAV - no segundo e no último dos nove encontros previstos no protocolo[1], totalizando 6 grupos focais (3 pré-intervenção e 3 pós-intervenção).

[1]Streit et al., (2022). Protocolo de Intervenção Online com Homens Acusados de Violência contra a Mulher: Experiência no Sul do Brasil. In: Zamora, J. C. & Habigzang, L. F. *Grupos Para Homens Autores de Violência Contra as Mulheres no Brasil: Experiências e Práticas. Dialética.*

O grupo focal possibilita o acesso às concepções dos indivíduos participantes, assim como às suas emoções em relação às temáticas apresentadas, por meio de um ambiente encorajador, fazendo com que os diferentes pontos de vista sejam compartilhados (Krueger, 2014). Assim sendo, utilizou-se esta técnica com intuito de proporcionar um espaço de escuta no qual os participantes se sentissem confortáveis para discutir as temáticas norteadoras, as quais seguiam o mesmo roteiro de perguntas pré-intervenção e pós-intervenção.

Dois facilitadores, ambos psicólogos, conduziram os grupos focais e todos os demais encontros do protocolo. Os encontros foram realizados através da plataforma Google Meet, com link enviado previamente para os participantes através do WhatsApp. Os encontros foram gravados em áudio e vídeo, posteriormente transcritos. O grupo focal teve seu início com a apresentação das regras do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes) e convite a responderem às seguintes questões norteadoras:

- O que é ser homem?
- Em quais momentos você se sente mais homem?
- O que é ser mulher?
- Como eu resolvo meus problemas na vida a dois?
- O que você gostaria de fazer diferente para resolver seus problemas na vida a dois?
- Como eu me sinto quando tenho um problema na vida a dois?
- Quando tem um problema no meu relacionamento íntimo, qual a minha responsabilidade?
- Quando falamos a palavra emoções, o que vem na cabeça de vocês?
- O que é machismo?
- O que é feminismo?

A cada pergunta, os participantes eram orientados a emitirem suas opiniões e a discussão no grupo era conduzida pelos facilitadores, sempre com o objetivo de manter o foco nas respostas.

Após todas as questões serem discutidas, um breve encerramento foi realizado em cada encontro, enfatizando a importância da reflexão dos pontos trazidos.

Quando a aplicação do grupo focal se repetiu com um mesmo grupo (durante o nono encontro), foi explicado para os participantes que as questões a seguir não teriam um caráter avaliativo, embora sejam questões já vistas antes, ressaltando o objetivo de retomar questões já vistas e refletir conforme suas opiniões.

Procedimentos éticos

Primeiramente o projeto foi apresentado e aprovado pelo 1o Juizado da Vara da Violência Doméstica e Familiar e pelo CEP/UFCSPA, de acordo com as Resoluções 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, prezando os princípios éticos estabelecidos (CAAE: 43478921.1.0000.5345, parecer no. 4.710.220). Após devidas aprovações, foram realizadas ligações para os possíveis participantes, através de lista fornecida pelo serviço de psicologia do Fórum Central, e marcadas as entrevistas de triagem individuais on-line (por intermédio do WhatsApp ou Google Meet) com cada participante. As triagens objetivavam apresentar a pesquisa, verificar se preenchiam os critérios de inclusão; se sim, convidá-los a participar do estudo e do GPHAV - on-line, explicar o funcionamento remoto, assim como aplicar escalas e instrumentos que serão utilizados em outros estudos. Neste contexto, era realizada a leitura, esclarecimentos e consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), especificando os direitos, riscos e benefícios da participação na pesquisa, bem como a possibilidade de recusá-la a qualquer momento. Apenas a concordância do participante foi gravada, ao final de cada encontro, como registro do consentimento. Os homens que não preencheram os critérios de inclusão, foram encaminhados para outro grupo, a ser realizado no Fórum, sem vínculo com a presente pesquisa. Para fins de anonimato e respeito ao sigilo, todos os nomes dos participantes foram alterados neste estudo.

Procedimentos e análise de dados

Os dados obtidos nos grupos focais foram submetidos à Análise Temática reflexiva dedutiva (Braun & Clarke, 2006; 2019) sendo classificados os temas de acordo com os objetivos do estudo, em categorias comuns e, posteriormente, definidos os temas. Neste sentido, primeiramente foram analisados os 3 grupos pré-intervenção e, em um segundo momento, os 3 grupos pós-intervenção. Todas as análises seguiram as seis fases da análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2006; 2019), partindo da familiarização com os dados através da transcrição e releitura com anotações iniciais, para então, realizar a codificação inicial das características e dados relevantes conforme os temas previamente definidos. A partir desses códigos iniciais, os dados para cada tema foram agrupados e então revisados de maneira extensiva. Após a revisão, o agrupamento e a nomeação refinada dos temas, desenvolveu-se um paralelo dos conteúdos trazidos com o intuito de verificar possíveis diferenças entre o primeiro e o segundo momento. Foi utilizado, como ferramenta de auxílio, o software N-Vivo 12 Plus para Windows.

Resultados e Discussão

Os participantes do presente estudo se caracterizam como uma amostra diversificada, sem uma padronização ou perfil específico, o que, segundo Andrade (2014), enriquece e agrega diferentes referências para os debates e evidencia a lógica da dominação patriarcal que estará presente em diferentes contextos. Vasconcelos e Cavalcante (2019) ainda salientam a inexistência de um conjunto de características que padronize o homem autor de violência, visto que diferentes variáveis poderão estar envolvidas na prática de uma violência, que se alteram em interação com a cultura, o ambiente, as relações estabelecidas e o contexto dos indivíduos.

No que tange às análises dos grupos focais, foram definidos 4 temas: (1) Amor Romântico como referência, (2) Machismo e feminismo, (3) Hierarquias de gênero e (4) O quê e como o homem sente? (percepção de suas emoções). Os temas que emergiram em todos os encontros, com suas diferenças e semelhanças, são apresentados e discutidos a seguir e

destacados, a partir de subtemas, os conteúdos provenientes dos grupos focais pré e pós-intervenção.

Tema 1: Amor Romântico como referência

O tema 1 apresenta as concepções dos homens participantes a respeito dos relacionamentos íntimos e conflitos da vida a dois sob a ótica do amor romântico. Neste sentido, emerge o primeiro subtema **- Comunicação e Estratégias de Enfrentamento**: Nos encontros pré-intervenção, quando abordadas possibilidades de resolução de conflitos nas relações, os homens participantes ressaltaram o diálogo e a conversa como estratégia ideal de resolução de conflito, mas acabaram não conseguindo referir como fazer isso. Eles pontuaram que os problemas devem ser resolvidos "na hora" por intermédio do diálogo, evitando deixar para depois: "*Eu não sei resolver depois, a gente resolve na hora. Melhor maneira de resolver sempre é sentar e conversar*" (Fernando). No entanto, consideraram as discussões e as brigas como estratégias que devem ser evitadas: "*Evitar, né, discussões maiores. É ouvir, conversar e se não der, silenciar a conversa. Tentar abafar o que der ali e acabar com o assunto*" (Fernando). Além da busca por diálogo na hora da discussão e da evitação, ceder apareceu no discurso como estratégia utilizada com muita frequência: "*Aqui em casa, tipo assim, pro relacionamento dar certo eu cedo mais do que ela cede*" (Frederico). Por outro lado, apareceu certa crítica e reflexão acerca das consequências do ceder: "*Ahn, porque no momento que só um cede o outro acaba, ahn, o outro acaba, como eu vou dizer... Assim, abusando, né?"* (José).

Nos encontros pós-intervenção, os participantes referiram os conflitos como inerentes à vida conjugal e o diálogo seguiu como a estratégia ideal para lidar com eles, não necessariamente na hora que o conflito aparece. Neste sentido, apareceu maior repertório para lidar com os desentendimentos. No entanto, houve o reconhecimento da necessidade de os dois cônjuges estarem alinhados, pois, quando não há essa sintonia, a evitação aparece como alternativa: "*Tem briga, tem discussão... tem detalhes que a gente não sabe lidar... só que daí,*

no caso, eu vi assim ó: aí eu tenho a informação agora de como lidar com conflito, mas a pessoa que eu tenho junto não tem informação. E aí como é que eu faço com ela? Eu abandono? Eu deixo ela de lado?" (Fernando). Juntamente com o diálogo, emergiram outros recursos e estratégias de resolução, tal como "dar um tempo" e depois retornar para conversar: "*Vou fazer alguma coisa diferente e depois eu retorno a conversar, porque daí eu acho que daí baixa um pouco o espírito de briga, de coisa assim, a gente bota a cabeça no lugar e começa a conversar de novo*" (Frederico), "*As coisas não precisam ser resolvidas naquele exato momento, também pode esperar dar uma esfriada e daí depois tu vê que tu vai falar as mesmas coisas que tu vai falar ali de repente de alguma forma mais áspera né, com um tom mais alto (...)"* (Caio).

Outro ponto importante, proveniente do grupo pós-intervenção, foi a ampliação da comunicação no casal e a rede de apoio: "*Então agora (...) eu já falo já primeiro pra não ficar pra explosão final né"* (Frederico), "*Eu gosto de escutar outras pessoas assim, o cara falar da situação, pra de repente a pessoa quando tá de fora tem um outro ponto de vista*" (Caio). A reflexão acerca do relacionamento deletério e o autocuidado, também emergiu: "*A gente não pode viver, por experiência própria, a gente não pode viver assim num relacionamento onde, onde toma muito a nossa energia, né, onde se torna então um relacionamento abusivo (...) tu tem que amar a ti"* (Bernardo). Neste sentido apareceu, também, o reconhecimento de mudanças nas atitudes cotidianas para além do casal, permeadas por maior auto responsabilização: "*Ahn, eu acho que em certas situações (...) parece meio que botou um freio assim né, a gente pensa mais, raciocina mais (...). Nas formas de agressões eu acho que eu... tomava muito da parte verbal assim então (...) eu cuido melhor as palavras, né*" (Inácio), "*(...) eu só digo pra vocês que eu gostaria que isso aqui acontecesse toda a semana de novo, porque para mim tá sendo muito bom, sabe? Eu acho que tudo que eu aprendi aqui acrescentou muito na minha vida (...) semana passada, na outra, um problema que eu tive com cliente (...) talvez antes dessa reunião eu acho que a gente poderia ter resolvido de um jeito mais ignorante, que*

nem os outros, né? (...) terminou tudo bem (...) aprendi bastante sobre recuar e aprender a escutar um pouco os outros também e não tentar resolver tanto no impulso né que isso aí hoje é só gera mais problema para qualquer um de nós, tu resolver as coisas de cabeça quente" (Artur).

O segundo subtema refere-se às **Diferenças entre o casal.** Durante os encontros pré-intervenção, foi percebida uma importante dificuldade em lidar com as diferenças na conjugalidade: "*Se tu ficar com uma pessoa que é totalmente o oposto ou um pouco mais de 50%, não dá certo, entendeu?*" (Roberto), "*Eu tenho uma companheira e a gente casou agora há pouco tempo, né, e a gente tem os mesmos gostos, e a gente tem as mesmas vontades, a gente tem vontade das mesmas conquistas, né, de hoje, né. (...) Isso não gera confusão, isso não gera discórdia*" (Artur). Evidenciou-se a necessidade da busca por semelhante, possivelmente pela dificuldade em lidar com as adversidades e conflitos inerentes à diferença.

Nos encontros pós-intervenção, percebeu-se o reconhecimento das diferenças e dos conflitos como parte da vida a dois, revelando menor idealização romântica: *"O casal que fala 'ah, não, tá tudo azul, é tudo bem', isso é mentira. Todo mundo tem um conflito, alguma coisa, entendeu? A intimidade te coloca isso"* (José). *"É e também não esperar que o outro vai fazer a mesma coisa que tu"* (Douglas). Neste sentido, emergiu um ponto muito pertinente: o desalinhamento entre o casal e as dificuldades em lidar com isso, tendo em vista a companheira não ter participado do grupo: *"Eu tive pelo grupo a instrução de como agir, como pensar, como falar, como... controlar meu, meus pensamentos, a minha raiva o meu... eu, e-, eu tenho hoje na, no meu ver, eu tenho a instrução de como agir num relacionamento conturbado e eu vejo que ela não tem, entendeu?"* (Fernando).

O amor idealizado ainda permeia as relações amorosas em nossa sociedade, dificultando de forma intensa a vida ordinária e as estratégias necessárias para enfrentar os desafios da vida a dois (Guedes & Assunção, 2006). Especialmente no encontro pré-intervenção, os homens participantes trouxeram a necessidade de semelhanças entre os

membros do casal para uma relação funcionar, abordando as diferenças como algo que deve ser especialmente evitado, assim como os conflitos, ideias que contribuem para essa visão de uma relação romantizada: o relacionamento será mais bem sucedido quando não houver diferenças e discordâncias. Embora ainda sejam demonstrados alguns resquícios desse ideário romântico no discurso dos participantes após a intervenção, surge o reconhecimento das diferenças e dos conflitos como parte natural e cotidiana da conjugalidade. Ademais, percebeu-se ampliação no repertório de resolução de conflitos. No entanto, essas mudanças na percepção e nas atitudes apareceram, segundo relato dos homens, um tanto dissonantes entre os cônjuges, evidenciando o quanto é pertinente o trabalho com ambos os cônjuges quando a temática é conjugalidade.

Buscando compreender a relação entre os mitos do amor romântico e a gravidade de comportamentos abusivos, 448 adolescentes espanhóis foram entrevistados para a pesquisa de Ruiz-Palomino et al. (2021). Os mitos foram negativamente relacionados à gravidade percebida nos comportamentos abusivos e foram identificadas diferenças nas crenças sobre o amor entre meninos e meninas: meninos legitimando a violência associada a ideias de posse, exclusividade e importância do amor, enquanto meninas demonstraram ideias compatíveis entre amor e abuso, capacidade do amor superar tudo e mudanças em prol do amor (Ruiz-Palomino et al., 2021). Em outro estudo realizado na Espanha, também com adolescentes acerca de seus relacionamentos amorosos, foi possível perceber que comportamentos controladores (por parte dos meninos) e permissivos (por parte das meninas) são considerados, por ambos, como expressões de amor e preocupação (Nardi-Rodríguez et al., 2018). Neste mesmo estudo, meninos e meninas apresentaram relacionamentos de amigos e pais como importantes modelos de referência, podendo-se considerar as relações com familiares um fator de proteção diante de comportamentos abusivos - embora essa influência positiva tenha sido frequentemente mais abordada pelas meninas - enquanto os pares dos meninos representaram mais influências negativas de comportamentos.

Em outro estudo, realizado com homens e mulheres no Equador, que buscou compreender a relação entre o ciúme romântico e a VPI, também evidenciou-se essa correlação: normas culturais e de gênero possuem grande influência para que o ciúme masculino leve à uma violência contra suas parceiras (Buller et al., 2022). Estes achados demonstram as diferenças significativas de comportamentos e percepções em uma relação dependendo do gênero do indivíduo, corroborando com a importância de trabalharmos os mitos e estereótipos que o amor romântico preconiza, impactando de forma intensa nas expectativas e na forma como o casal lida com suas dificuldades. Além disso, Buller et al. (2022) salientam a correlação entre comportamentos esperados e desempenhados socialmente e gênero, que será discutida e aprofundada nos próximos temas.

Tema 2: Machismo e feminismo

Esse tema refere-se às concepções sobre machismo e feminismo dos homens. O primeiro subtema, **(Des)consideração do machismo,** apresenta o reconhecimento do machismo através de diferentes percepções, nos grupos pré-intervenção: como algo muito distante da realidade deles ("*Com aquela coisa antiga que se tinha né, com aquela cultura lá dos, dos nossos bisavós, ainda tem ainda dos avós né"* - Caio), como algo naturalizado, sem ser responsabilidade deles e com poucas perspectivas de mudança ("*É uma coisa cultural que vem e ficou amarrada a sociedade, né?. Então assim, não é uma culpa nossa, ah, o cara era machista né. Mas era uma coisa cultural que se perpetuava de, de pessoa a pessoa, de ano após ano"* - Patrício), como algo não praticado por eles ("*Eu, por exemplo, não me considero uma pessoa machista ou nunca fui machista"* - Emanuel), como um preconceito não associado diretamente ao gênero ("*É uma maneira de, de ser superior, né, uma maneira de ser mais"* - Artur), ou ainda, como um preconceito associado ao gênero ("*Ah, eu acho que ser machista é não respeitar a vontade da mulher, é querer ser mais que a mulher, é querer tá sempre certo, é querer ser a voz da razão"* - Mauro), e, por fim, como algo reproduzido por eles ("*Eu já fui*

muito machista. Muito, muito mesmo. Muito mesmo. Mas eu tô tentando mudar esse meu campo, meu posicionamento, sabe?" - José).

Nos grupos pós-intervenção, este subtema ainda se manteve como algo naturalizado e distante da realidade deles. No entanto, foi possível perceber maior interesse no tema, aparecendo questionamentos sobre o assunto, maior consciência das questões de gênero implicadas e maior reconhecimento de suas próprias ações: "*E o que que acontecia, elas se submetiam a tudo que os homens faziam por que? porque se ela saísse de casa ela ia fazer o que?"* (Rodrigo), "*Eu não me achava uma pessoa machista, e eu vi que eu tinha atitudes machistas. Inclusive comigo mesmo, entendeu?(...) Eu já era machista"* (Emanuel). *"(...) aprendi bastante com essa parte do machismo. Até mesmo porque pelo machismo que eu estou aqui.* (...) *que todos sigam suas vidas felizes e que esses perrengues que nós passamos aí sirva de lição para nós e que a gente jamais cometa de novo, né? Pelo menos eu penso que eu não quero cometer nem parecido"* (Artur).

O segundo subtema, **Machismo ou feminismo?,** aborda as dúvidas e opiniões em relação aos significados de machismo e feminismo que apareceram, assim como dúvidas na diferenciação entre os mesmos, especialmente nos encontros pré-intervenção: *"É, questão de feminismo aí ó, falando assim ó, é igual a machismo só que ao contrário, né (...) tem mulheres que acham que o homem não sabe cuidar do seu filho, não sabe dar uma mamadeira, não sabe botar pra arrotar, não sabe... ahn... que, que homem não consegue fazer esse tipo de coisa e sabe, sabe, e faz, né. E até deve né, porque daí divide as tarefas né"* (Emanuel). Emergiu, também, a ideia do feminismo como o oposto do machismo, sendo a manifestação de poder da mulher sobre o homem: "*Agora a questão virou diferente, né? Então quer dizer, as mulheres hoje estão, é, se achando com muito direito, é, com muito poder de liberdade, né? e isso tá tornando elas um, um feminismo, é... Um ser, é, querendo ser um ser superior, sendo que também não é assim que funciona, né?*" (Artur).

Nos encontros pós-intervenção, os homens referiram ter abordado o assunto com outras pessoas de seus contextos: "*A maioria das pessoas que eu conversei foram mulheres (...) por exemplo se eu chamasse ela de feminista, ela se sentiria ofendida. (...) ninguém que eu conheça sabe o que é feminismo*" (Inácio), evidenciando o desconhecimento. No entanto, apareceu o reconhecimento do feminismo em sua real definição, como importante para a sociedade e não mais como o contrário do machismo. "*Que aquela mulher antiga que, que que o R. citou ali, né. da vó dele, né. Pra mim é isso, pra mim é feminismo, né. Que é uma coisa que eu aprendi também (ri). Que eu achei que era diferente"* (Emanuel). "*Na verdade tem diversos tipos de machismo, né. (...) desde o machismo com os filhos que nem eu falo que quando o G. cai eu digo 'cara levanta e vamo lá' e quando a J. cair eu trato de outra forma... Isso querendo ou não é uma, é uma questão de machismo também, entende?*" (Rodrigo).

Lombard (2016) observou em um grupo de 89 adolescentes que a justificativa para a violência partia de crenças machistas e heteronormativas: apoio ao casamento, naturalização do ciúme como amor, estereótipos de gênero e a culpabilização das mulheres pelas violências sofridas. Essas justificativas também foram percebidas durante os grupos focais do presente artigo, porém, após os encontros da intervenção, vieram acompanhadas de questionamentos e críticas que demonstram o reconhecimento do prejuízo e impacto dessas concepções na vida dos participantes. Neste sentido, outro elemento importante foi evidenciado nos primeiros encontros de um programa brasileiro de intervenção em grupo com HAV, a negação da autopercepção dos homens como autores de violência. Além disso, os participantes deste estudo não se consideravam machistas e ameaçadores, culpabilizando as mulheres pelas situações que os levaram até o grupo (Kulka & Rigoti, 2020). A dificuldade apresentada, nos grupos focais analisados aqui, em identificar o machismo em suas atitudes, corrobora com esses achados. No mesmo estudo de Kulka e Rigoti, diversos homens comentaram terem presenciado as violências que suas mães sofriam, e, muitas vezes, também, sendo agredidos ao tentarem defendê-las. Embora seja extremamente importante considerar tais vivências e o

processo de socialização dos homens, a responsabilização é crucial para reverter tal lógica patriarcal de desresponsabilização dos homens pelos seus atos.

Com o objetivo de investigar os impactos de um grupo com HAV, também no Brasil, Gama (2021) entrevistou os participantes depois da experiência e percebeu uma reflexão e flexibilização por parte deles, destacando a importância de espaços reflexivos para os homens dialogarem acerca de suas concepções. Ademais, os resultados do estudo de Gama demonstram que os participantes conseguiram, ao final, assumir de forma mais veemente a responsabilização diante dos comportamentos violentos cometidos (Gama, 2021). Esses achados vão ao encontro à análise realizada aqui, visto que, nos grupos pós-intervenção, os participantes verbalizaram terem reconhecido os seus comportamentos como violentos e machistas, diferente do que percebiam anteriormente. Aguiar e Diniz (2017) destacam a responsabilização como aspecto fundamental para a compreensão do papel do homem na dinâmica relacional, de tal modo que diminua as justificativas para os seus atos violentos e passe a ser protagonista na resolução dos conflitos de forma assertiva e responsável.

A dificuldade em reconhecer o machismo, seja na sociedade ou em suas ações, diminuiu nos encontros pós-intervenção, dando lugar a críticas, questionamentos e responsabilizações. Tokuda e Souza (2022) abordam que, muitas vezes, os homens entendem a luta do feminismo por direitos iguais e respeito às diferenças como uma perda dos seus espaços e privilégios, e então atacam grupos feministas e mulheres que adquirem "poder". Percebe-se que não é possível descolar essa dificuldade do contexto social destes homens, que refletem as definições estereotipadas e hierárquicas de o que é ser homem e o que é ser mulher, examinados no próximo tema.

Tema 3: Hierarquias de gênero

O terceiro tema, o mais abrangente e abordado veementemente nos grupos focais, apresenta as formas como os homens concebem a masculinidade e os comportamentos por eles designados como “de homem” e “de mulher”. No primeiro subtema, **(Des)igualdade de**

gênero, nos grupos pré-intervenção ficou visível o olhar da "igualdade de gênero" à luz da masculinidade hegemônica, com essa concepção de igualdade referenciada a partir do homem: "*Então, hoje eu já acho que a mulher toma mais papel de homem também*" (Frederico). Por outro lado, alguns participantes pontuaram não ser possível, ou improvável, a igualdade, tendo em vista as diferenças entre os sexos: "*Ninguém é igual, entendeu? A mulher não vai ser igual ao homem e o homem não vai ser igual a mulher*" (Roberto).

No grupo pós-intervenção, essa perspectiva de "igualdade" ainda perdurou, por vezes com falas preconceituosas, porém surgiram elementos novos como a reflexão de experiências que enxergavam como masculinas e que passaram a ser vistas como inerentes ao ser humano: "*A gente batalhar por alguma coisa e conquistar, ah mas, já hoje já, não sei se por causa da reunião, ou a propriamente da minha cabeça isso acontece com mulher também... não é propriamente ser homem, né.*" (Inácio). Ademais, emergiu o diálogo sobre quais são as masculinidades e igualdades possíveis, de forma mais reflexiva e menos estereotipada: "*Ser homem é, é... é igual a ser mulher, tem que conviver, levar a vida, dividir as tarefas, fazer coisas que todo mundo tem que fazer entendeu?*" (Fernando). Ao mesmo tempo, ainda que as reflexões se tenham feito presentes, o seguinte excerto evidencia o enraizamento do machismo em nossa cultura: "*O homem tá sempre querendo ser mais, né? Não interessa nossa raça, é nosso, é do homem né ser o superior e a mulher veio tentar se igualar. Só que hoje eu acho que elas estão passando do limite da coisa, né?*" (Artur).

O segundo subtema, **Imagens do homem e da mulher**, contém os significados atribuídos a cada gênero, por parte dos participantes. O significado de ser homem foi, nos grupos pré-intervenção, atrelado à capacidade de prover, ter caráter e honrar, sustentar e alimentar a família (ter o poder) "*honrar a família, né? Honrar a história... É... Garantir o sustento*" (Inácio). Já a ideia do que é ser mulher, quando não é reconhecida pelas características de ser mãe, cuidadora, responsável pela casa e cuidados com os filhos, é idealizada como mais inteligente, observadora, analisadora: "*Mulher se resume a uma palavra*

só: é o ser mãe, né." (Artur), "*Ser mulher, é ser homem, é ser mãe, é ser filha, é ser dona de casa, é ser empresária, é ser... Uma mulher que tem todas atividades que um homem faz, a mulher faz, e ainda mais, sabe?*" (Caetano). "*Eu resumo a mulher em uma só palavra: vida, né.*" (Valter). Contudo, apareceu uma crítica a esses estereótipos, no primeiro momento, também relacionado a igualdade de gênero: "*Acho que mais é, a questão, ao invés de falar igualdade, falaria mais a questão de equidade né, que cada um seria, deveria fazer o que é bom, né, não existe "ah é coisa de homem, coisa de mulher*" (Douglas).

Posteriormente à intervenção, a visão de mulher continua sendo majoritariamente a de mãe, cuidadora, com o sonho de casar e constituir família: "*Pra mim a mulher é ser uma, uma boa mãe, alimentar seus filhos. Ahn, cuidar da higiene. Ajudar na escola, que nem o homem também.*" (Maurício). Enquanto o homem como provedor, responsável, que tem a honra, o compromisso de proteger e defender: "*O momento que eu me senti mais homem foi... quando eu tive meu primeiro salário*" (José), "(...) *destelhou a casa, tá dando alguma coisa, é o homem que, que protege, o protetor na verdade.*" (Emanuel). No entanto, surgiram questões culturais, geracionais e sobre as mudanças que estão acontecendo: "*Hoje a gente vê uma mudança muito grande assim que eu (...), que às vezes é o pilar financeiro da família é a mulher e o homem cuida da casa, é, o, o... então tem muitas coisas que, que que tão mudando né, tão passando num processo assim né (...) o homem também cuida de criança, o homem também troca fralda, o homem também, ahn, lava a louça... (...) a gente fica meio... meio perdido um pouco assim, né (...) o que que é ser homem? ser homem é, é... é igual a ser mulher*" (Caio), "*Ah, hoje para mim acho que o papel do homem é o mesmo da mulher também. É companheirismo, é os dois agir juntos, fazer as coisas juntos. Enfim, o que um faz o outro também tenho o mesmo direito de fazer e vice-versa*". (Marcelo).

A percepção de Bourdieu (2002) acerca dos estereótipos da inferioridade da mulher em relação ao homem, no qual o homem estaria acima da mulher, ficou evidente neste terceiro tema, que aborda as hierarquias de gênero. Até quando há falas dos participantes sobre a

“igualdade”, elas partem da visão de “o que é ser homem”. Jablonka (2021) ressalta que o sistema patriarcal exigirá que os gêneros se complementem: o homem viril e dominante, a mulher submissa e feminina. Os participantes, ao serem solicitados a falarem sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, trouxeram características que seguem a perspectiva do amor romântico e da masculinidade hegemônica, sendo atribuídas às mulheres o cuidado, a submissão a entrega e o sacrifício, enquanto aos homens são relacionadas características como herói, conquistador, que protege, salva e domina, assim como ressaltam os autores Pérez e Fiol (2013).

Como discutido no segundo tema, as concepções acerca da agressividade associada ao homem e a posição de vítima à mulher partem, também, dessa construção social de gênero que é naturalmente interiorizada nas relações sociais. E essas concepções estereotipadas orientam como o homem deve pensar e sentir, constituindo o modelo patriarcal do homem que possui o poder e a mulher que é oprimida (Diniz et al., 2003). Nesse sentido, a mulher será validada como independente a partir de comportamentos “de um homem”, ou será vista sob a imagem de um ser perfeito e etéreo, integrando a dominação do homem: a mulher será um ícone enquanto permanecer em seu devido lugar (Jablonka, 2021). Connell e Pearse (2015) apontam a associação do feminino aos instintos naturais, enquanto o masculino estaria associado a tudo que é racional, demonstrando sua capacidade pensante. Sendo assim, segundo as autoras, a mulher representaria apenas o corpo e o homem toda a mente. As autoras ainda ressaltam a importância de se compreender o gênero como uma estrutura social, que segue diferentes padrões sociais e não como dicotomia imutável e inflexível advinda da biologia ou do caráter do indivíduo. Fortalecendo esta ideia, Nascimento et al. já salientavam, em 2009, que a masculinidade não pode ser isolada de seu contexto socioinstitucional, considerando que é produzida no cotidiano a partir de relações interpessoais.

Neste sentido, mudanças importantes foram apresentadas nos discursos dos participantes do presente estudo, diante das concepções de o que é ser homem e o que é ser

mulher, ainda que os estereótipos de gênero estivessem enraizados. As atividades reflexivas que foram desenvolvidas proporcionaram dissonâncias interessantes, viabilizando questionamentos de antigas suposições machistas. Gama (2021) ressalta a ressignificação e reavaliação de crenças dos homens como fundamental, pois abre espaço para o olhar para as mulheres e possibilita maior igualdade nas relações, reforçando a importância desta abordagem reflexiva e educativa, em detrimento de apenas aulas expositivas ou condutas punitivas. Importante, portanto, compreender que a violência de gênero terá uma base social, estrutural e discursiva que permeia todo o processo de socialização, e não apenas de alguns homens (Batista & Lima, 2022). Desse modo, o homem autor de violência doméstica não será, necessariamente, aquele "propenso à criminalidade", mas sim um homem comum, inúmeras vezes um pai e trabalhador que cresceu e se desenvolveu em uma estrutura social que espera comportamentos e a expressão de sentimentos característicos de uma masculinidade tóxica (Kulka & Rigoti, 2020).

Esse enraizamento dos discursos acerca de ser homem e ser mulher nos encontros pós-intervenção parecem evidenciar o quão complexa é a temática, exigindo um trabalho mais longo para viabilizar desconstruções mais aprofundadas, assim como apontado no estudo de Gama (2021). Essas concepções são construídas transgeracionalmente, ou seja, no transcurso de uma longa história, não sendo simples sua erradicação. Importante salientar que essas formas de olhar estereotipadas e que naturalizam a violência em situações de conflito, trazem malefícios óbvios para as mulheres, porém, também, para os homens (Nothaft et al. 2022). Contribuições feministas salientam o sofrimento dos homens com a reprodução do machismo e estereótipos rígidos de gênero: a cultura machista espera que homens sejam “fortes” e possuam o controle nas relações, ou seja, quando um homem sofre uma violência, é visto como fraco e muitas vezes torna-se motivo de deboches (Jablonka, 2021). Jablonka ainda destaca a existência de homens cheios de dúvidas e questionamentos, que não se reconhecem na

obrigatoriedade em ser viril, mas que ainda não conseguem perceber os impactos sociais que estão agindo sobre eles.

O machismo possui uma longa história em nossa cultura, exigindo um olhar complexo para sua erradicação. Além dos aspectos sociais, no seio da família perduram crenças muito enraizadas acerca dos estereótipos de gênero. Neste sentido, em estudo qualitativo realizado com 23 homens respondendo a processo criminal por violência conjugal no estado da Bahia (Brasil), o qual objetivava conhecer as vivências intergeracionais de violência na infância dos participantes, evidenciou-se a falta de afeto, experiências violentas (físicas e psicológicas) e exposição à violência conjugal entre os pais dos participantes (Lírio et al., 2018). O contexto e as vivências destes homens devem ser considerados, sendo extremamente importante trabalhar a ampliação de possibilidades de ser homem hoje, auxiliando-os a serem protagonistas de seus comportamentos, pensamentos e emoções.

Tema 4: O que e como o homem sente?

No quarto tema são exploradas as emoções e sentimentos que os participantes compreendem como viáveis no universo masculino. O primeiro subtema é referente à percepção das emoções - **Reconhecendo as emoções.** Nos encontros pré-intervenção percebeu-se uma dificuldade em nomear sentimentos e emoções, os homens abordaram situações e aspectos que relacionavam com a temática de emoções, contudo sem relatar sobre a experiência de sentir, demonstrando um afastamento emocional. "*Emoções deve ser coisa boa. É só isso que penso*" (Antônio). "*Então é bem complexo, emoções é uma mistura pra mim, sabe?*" (Caetano). A raiva foi brevemente abordada como uma das emoções: "*muitas vezes dá irritação, dá raiva, por isso que dá as brigas*" (Rodrigo). Quando a paternidade apareceu nos discursos, demonstraram acessar sentimentos e emoções com maior facilidade: "*Pra mim quando fala emoção me vem filhos"* (Artur). A tristeza foi ressaltada como algo muito difícil de aceitar (apenas em momento extremo): "*Já quis me jogar pra cima do muro com o carro, mas daí depois eu pensei bem e disse, bom mas eu tenho uma filha de um ano*" (Frederico).

"*Às vezes, tem pessoas que não aguentam uma emoção forte demais. Eu presenciei amigos que passaram por experiência parecida, por perda de entes queridos, mas, e não souberam passar, suportar isso*" (Caetano).

Na coleta pós-intervenção, a expressão emocional apareceu de forma mais naturalizada, no entanto, ainda por intermédio da via dos filhos e da família. Os participantes conseguiram nomear de forma mais clara os sentimentos desagradáveis (tristeza, raiva, injustiça) e referirem o desconforto em lidar com a raiva: **"***É, eu... aprendi bastante também em relação a questão de, de expor os sentimentos, principalmente a raiva né, não guardar, pra não virar aquela... bola de neve, aquele vulcão, que a qualquer... gota d'agua acabe explodindo né*" (Douglas). *"(...) eu sei aonde vem a minha raiva, eu sei onde vem o, a minha dor (...) mas o que que gera a minha raiva? A minha raiva gera o quê? Um conflito familiar? Uma discussão doméstica?*" (Fernando).

A **(In)vulnerabilidade** aparece como segundo subtema. Nos encontros pré-intervenção, a conexão com as emoções surgiu atrelada à mulher, enquanto o homem foi caracterizado como bruto, forte, que precisa ter autocontrole, ou ainda, que não deveria ter emoções. "*Pra mim, eu preferia não ter emoções, sinceramente (risos)*" (Valter), "*Tu tem que ter autocontrole em tudo, né*" (Emanuel), "*Não pode deixar uma coisa pequena, estragar teu dia, né (...) eu não deixo isso me abalar, me afetar, independentemente do tamanho do problema*" (Douglas).

Já nos encontros pós-intervenção, apareceram momentos de vulnerabilidade, reconhecimento emocional e troca entre os participantes, os quais se emocionaram ao falarem de suas dificuldades com as próprias emoções, ainda que a necessidade de ser "forte" mostrou-se, ainda, presente. *"Mas isso incomoda, isso sufoca, dá dor no peito (chorando), dá dor na barriga, é complicado gente.* (...) *hoje eu tô péssimo. Não sei se... se é porque é o último dia e eu que-, e eu quis desabafar, porque eu não sei se eu vou ter outra chance de falar de novo, mas tá bem ruim. Ba, ta bem ruim pra mim hoje, tá bem ruim. (chorando)* (Fernando)" , "*Ver*

as pessoas compartilhar experiências da sua vida com outras pessoas que mal conhece, isso emociona a gente, porque a gente conhece assuntos novos, coisas novas, né, e aí a pessoa compartilhar um, uma coisa íntima dele assim, com nós, né, com a gente, pô isso aí é muito legal. Parabéns. (Frederico)", "*pessoas assim que estão aqui com o coração aberto, né, falando da sua intimidade que talvez não comentou com um amigo de anos, né. E tá falando aqui, tá abrindo aqui né, e... e, confesso que vou sentir saudade*" (Caio).

As dinâmicas de gênero, discutidas nos temas anteriores, também influenciam fortemente a expressão de afeto e as relações de amizade entre os homens, limitando-as (Nascimento, 2018). Como ressalta Fávero (2010), a repressão de emoções representa um sinal de força e invulnerabilidade associada à masculinidade que reforça a internalização, desde a infância, de que ser homem é ser agressivo, não sentir medo e não se vulnerabilizar. Ou seja, há um paradoxo na socialização masculina: o mesmo sistema que confere privilégios e poder aos homens, os brutaliza e fere (Fávero, 2010). É negado aos homens a sua própria vulnerabilidade, demonstrando o não reconhecimento dos sofrimentos do homem, também enraizados nas desigualdades de gênero (Jablonka, 2021).

A socialização de um corpo em um contexto generificado fornece estratégias para o reconhecimento e manejo das emoções que são diferentes entre homens e mulheres e que coloca aquele homem que expressa o que sente como inferior diante dos outros (que não expressam, "fortes"), invalidando os sentimentos, além de legitimar a raiva como comunicadora da tristeza, frustração, humilhação, fatores estes que influenciam diretamente na saúde destes indivíduos (Maurício et al., 2022). Ainda no que tange esse processo de socializar-se, ao serem desencorajados a falar sobre seus sentimentos e vulnerabilidades, muitos meninos não desenvolvem vocabulário para identificar e expressar muitas emoções, enquanto meninas possuem a intimidade como foco na construção e manutenção de relações, frases como "menino não chora" acompanham também o significado: apenas meninas choram (Fávero, 2010). Na Espanha, um estudo com 1080 estudantes universitários evidenciou que as

mulheres possuíam um índice maior de competências de inteligência emocional do que os homens e os autores reforçam estudos que apontam a relevância para o processo de socialização generificado e estereotipado (Blázquez et al., 2015).

Outro aspecto que surgiu durante os grupos focais, pré e pós, foi a relação desses homens com seus filhos e filhas, demonstrando uma maior facilidade de acessar e nomear emoções quando em contato com essas memórias. Mesmo que a paternidade possa ser entendida como uma validação social de virilidade e masculinidade, é importante percebê-la, também, como promotora do cuidado e do afeto, culturalmente atribuído às mulheres (Nascimento, 2018). Espaços para diálogos sobre essas experiências, grupos de suporte e discussão para homens são oportunidades para que eles possam experienciar um diálogo aberto acerca de tópicos e problemáticas individuais e relacionais que os afetem, tais como: vida familiar, estresse, saúde, relacionamentos, habilidades comunicacionais, uso de substâncias e violência (Mancera et al., 2015). Segundo os autores Mancera et al. (2015), que analisaram 24 estudos que abordam a VPI a partir de uma perspectiva socioecológica, a experiência grupal permite que os homens compartilhem suas vivências, aprendendo uns com os outros. Ademais, os grupos reflexivos devem incluir estratégias que contemplem os contextos e os fatores de risco envolvidos, aproveitando os fatores de proteção existentes para uma intervenção eficaz.

Conclusão

Espaços de diálogo e psicoeducativos para homens em situação de violência conjugal mostram-se bastante promissores. Por intermédio das análises realizadas entre os grupos focais iniciais e os grupos focais finais, foi possível identificar elementos e concepções diferentes nas falas dos participantes que apontam uma maior capacidade de reflexão sobre tópicos importantes.

Foi possível evidenciar uma maior responsabilização por seus comportamentos, assim como relatos de mudanças nas estratégias de enfrentamento e pensamentos diante de conflitos e de diferenças percebidas ao se depararem com suas emoções. Nesse sentido, os homens que

participaram das aplicações do protocolo trouxeram aspectos trabalhados e refletidos, durante as intervenções, a partir de suas vivências pessoais ao longo das semanas (situações familiares, no trabalho, individuais). Surgiu, também, um pensamento mais questionador e crítico diante das concepções de o que é ser homem e mulher, sendo reconhecido, por muitos, elementos culturais que impactam em suas percepções - que não apareceram nos encontros iniciais pré intervenção, demonstrando as potencialidades do grupo reflexivo. Contudo, muitos aspectos que reproduzem os estereótipos salientados anteriormente foram mantidos, reforçando a complexidade da desconstrução dessas concepções culturais enraizadas.

Importante destacar que, no grupo focal pós-intervenção, os homens participantes levaram mais tempo para responder as perguntas norteadoras. Esse aspecto pode ser atribuído a processos reflexivos mais profundos, os quais exigiam que eles parassem e pensassem com maior aprofundamento, ou ainda, o receio de abordar opiniões mais divergentes. No entanto, os resultados aqui descritos evidenciam maior aceitação da própria vulnerabilidade e aprimoramento na identificação e acesso às emoções dentre os homens quando analisados os grupos pré e pós-intervenção, destacando a relevância de espaços reflexivos como o aqui descrito. Contudo, indiretamente, foi possível perceber uma maior responsabilização dos participantes em diversos pontos nos quatro temas.

Os resultados aqui descritos evidenciam o atravessamento da masculinidade hegemônica na sociedade e nas relações amorosas. Os quatro temas se complementam, dialogando entre si, e estão enraizados em concepções patriarcais que definem a percepção de como um homem deve se comportar, sentir e se relacionar em sociedade. As questões culturais são transgeracionais e possuem um papel muito impactante na forma de ser e estar em sociedade. Décadas de experiências baseadas no patriarcado, na masculinidade hegemônica, não são simples de serem erradicadas. Esses atravessamentos culturais evidenciam a complexidade da temática e salientam a importância de trabalharmos, enquanto sociedade, a ruptura de estereótipos que oprimem mulheres e restringem experiências humanas aos homens.

É preciso iniciar esse processo, e o espaço grupal mostrou-se uma excelente via de acesso às vulnerabilidades e, por sua vez, um potencializador de masculinidades diferenciadas para uma sociedade mais equânime.

Pode-se dizer que o protocolo de intervenção GPHAV mostrou-se efetivo para atingir seus objetivos, ainda que existam limitações e mais estudos sejam necessários. Trabalhar por intermédio do acesso a novas informações é muito importante para a conscientização desta população, contudo, deve estar articulado em um ambiente reflexivo que seja capaz de impactar individualmente e o grupo, sendo propostas dinâmicas, vídeos, relatos, dramatizações e entre outras possibilidades para abordar e sensibilizar as temáticas propostas (Bueno et al., 2020).

Como limitações acerca da abertura dos participantes, salienta-se o vínculo do estudo com o judiciário, o qual pode impactar na desejabilidade social e estabelecimento do vínculo seguro. Além disso, o recorte cisgênero e heterossexual e o número limitado de participantes também podem ser compreendidos como limitações deste estudo. Diante de aspectos mais enraizados, como a masculinidade hegemônica, e a necessidade de mudanças, destacamos a possibilidade de mais encontros em protocolos como o GPHAV (9 encontros). Neste sentido, faz-se importante compreender e contemplar, em novos estudos e intervenções mais longas, as diferenças socioeconômicas, culturais e políticas, as quais são atravessadas por problemáticas e vivências que envolvem racismo, pobreza, invisibilização de pessoas e casais LGBTQIA+, entre outras.

Este estudo visa contribuir não apenas para as reflexões acerca da temática, mas com a produção de evidências e informações que sejam relevantes para a formulação e implementação de intervenções futuras, ações públicas e privadas de enfrentamento da violência por parceiro íntimo e suas repercussões. Espera-se que as ideias aqui descritas possam contribuir para o desenvolvimento e conhecimento dos profissionais que trabalham

com esta população, assim como, possam introduzir reflexões aos homens inseridos em nossa sociedade.

Referências

Aguiar, L. H. M. de, & Diniz, G. R. S. (2017). Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. *Gênero, 17*(2), 81-94. https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.943

Andrade, L. F. (2014). Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In E. A. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher,* (pp. 173-209). Cultura Acadêmica.

Batista, K. S. A & Lima, A. F. (2022) Possibilidades e Potencialidades Metodol[ógicas no Estudo de Narrativas de Homens Autores de Violência. In A. Beiras et al. (Org.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos.* (1ª ed). CEJUR.

Beiras, A., Benvenutti, M. P., Toneli, M. J. F., & Cavaler, C. M. (2020). Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, 17*, 1-22. https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e72407

Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. D. S. G. (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações.* Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR).

Blázquez, M., Moreno, J. M., & García-Baamonde, M. E. (2015). Maltrato psicológico en las relaciones de pareja. La inteligencia emocional como factor protector y diferencias de género. *Boletín de psicología, 113*, 29-47. https://www.uv.es/seoane/boletin/previos/N113-2.pdf

Bourdieu, P. (2002) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101. http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V. & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis, *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 11*(4), 589-597. http://dx.doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806

Bueno, R. M, Boiko, J. G. & Bagatin, T. de S. (2020) Possibilidades e Limites na Intervenção com Homens Autores de Violência Doméstica / Dossiê Violência Contra as Mulheres no Brasil e Outros Países da América Latina. *Revista Relicário 7*(14), 58-70. https://doi.org/10.46731/RELICARIO-v7n14-2020-170

Buller, A. M, Pichon, M., Chevalier, C. & TrevesKagan, S. (2022): The role of gender and romantic jealousy in intimate partner violence against women, a mixed-methods study in Northern Ecuador, *Culture, Health & Sexuality*, 1-18. https://doi.org/10.1080/13691058.2022.2031299

Connell, R. W. (1998). Masculinities and globalization. *Men and masculinities, 1*(1), 3-23. https://doi.org/10.1177/1097184X98001001001

Connell, R; Pearse, R. (2015) *Gênero uma perspectiva global: compreendendo o gênero da esfera pessoal a política- no mundo contemporâneo*. (3ª ed.). nVersos.

Diniz, N. M. F., Lopes, R. L. M., Gesteira, M. A., Alves, S. L. B. & Gomes, N. P. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. Rev Esc Enferm USP 37(2), 81-8. https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200010

Einhardt, A. & Sampaio, S. S. (2020). Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. Serviço Social & Sociedade (138), 359-378. https://doi.org/10.1590/0101-6628.217

Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero. Psicobiografia, Sociocultura e Transformações*. Editora UFPR

Gama, C. J. D. S. C. (2021). *Rodas reflexivas: a Psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em situação de violência contra a mulher.* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão].

Guedes, D., & Assunção, L. (2006). Relações amorosas na contemporaneidade e indícios do colapso do amor romântico (solidão cibernética?). *Revista Mal-estar e Subjetividade, 6*(2), 396-425. https://www.redalyc.org/pdf/271/27117044005.pdf

Guimarães, F. L., & Diniz, G. R. S. (2017). Masculinidades, anestesias relacionais e violência conjugal contra a mulher. In A. Beiras & M. Nascimento (Org.) *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro.* (pp. 82-113). Instituto Noos.

Hurtado, A., & Sinha, M. (2016). Beyond machismo: Intersectional Latino masculinities. *International Journal of Qualitative Studies in Education 30*(9), 1-4. https://doi.org/10.1080/09518398.2017.1300705

Jablonka, I. (2021). *Homens Justos: Do patriarcado às novas masculinidades.* Todavia.

Kågesten, A., Gibbs, S., Blum, R. W., Moreau, C., Chandra-Mouli, V., Herbert, A. & Amin, A. (2016). Understanding factors that shape gender attitudes in early adolescence globally: A mixed-methods systematic review. *PLoS One 11*(6), e0157805. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0157805

Kulka, T., Rocha, L. L. P., & Rigoti, R. E. (2020). Programa “Daqui pra Frente”–Trabalho com homens autores de violência doméstica. *Revista Brasileira de Execução Penal – RBEP 1*(2), 199-214. https://doi.org/10.1234/rbep.v1i2.79

Krueger, R. A. (2014). *Focus Groups: a pratical guide for applied research*. (5ª ed.). Sage Publications.

Lantz, H. R. (1982). Romantic love in the pre-modern period: A sociological commentary. *Journal of Social History*, 349-370. https://www.jstor.org/stable/3787152

Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J.-C., Guignard, S., & Lo Monaco, G. (2018). Legitimizing Intimate Partner Violence: The Role of Romantic Love and the Mediating Effect of Patriarchal Ideologies. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(13-14), 6351–6368. https://doi.org/10.1177/0886260518818427

Lírio, J.G.D.S., Gomes, N.P., Paixão. G.P.D.N., Pereira, À., Magalhães, J.R.F., Cruz, M.A.D. & Souza, A.R.D (2018). Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem, 31*(4), 423-42 https://doi.org/10.1590/1982-0194201800059

Lombard, N. (2016). 'Because they're a couple she should do what he says': Young people's justifications of violence: Heterosexuality, gender and adulthood. *Journal of Gender Studies, 25*(3), 241–253. https://doi.org/10.1080/09589236.2014.943699.

Mancera, B. M., Dorgo, S., & Provencio-Vasquez, E. (2015). Risk Factors for Hispanic Male Intimate Partner Violence Perpetration. *American Journal of Men's Health, 11*(4), 969–983. doi:10.1177/1557988315579196

Maurício, A. C., Nery, G. V., Novaes, R. C. de P., Scott, J. B. & Beiras, A. (2022) Metodologia de Grupos Reflexivos Para Homens Autores de Violência e a Judicialização da Vida: O Caso do Projeto Ágora. In A. Beiras et al. (Org.) *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas.* (1ª ed). CEJUR

Nardi-Rodríguez, A., Pastor-Mira, M.´A., Lopez-Roig, S., & Ferrer-Perez, V. (2018). Identifying beliefs behind boys' use of mobile phones to monitor girlfriends and girls' acceptance: A reasoned-action approach. *Journal of Youth Studies, 21*(7), 922–939. https://doi.org/10.1080/13676261.2017.1422600.

Nascimento, M. (2018). Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. In M. Caetano & P. M. da S. Junior (Org.) *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil.* (pp.16-27) Lamparina.

Nascimento, E. F. D., Gomes, R., & Rebello, L. E. F. D. S. (2009). Violência é coisa de homem? A "naturalização" da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, (14), 1151-1157. https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400021

Nothaft, R. J., Lisboa, T. K & Beiras, A. (2022) Serviços Para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar: Reflexões Interdisciplinares e Interseccionais a Partir das Experiências de Mulheres que Não se Separam. In A. Beiras et al. (Org.) ***Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos.*** (1ª ed). CEJUR

Pérez, V. F. & Fiol, E. B. (2013) Del amor romántico a la violencia de género. Para una coeducación emocional en la agenda educativa. *Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado, Universidad de Granada 17*(1), 105-122. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56726350008

Rafanhim, C. S., Rezende, C. R. de A. & Inhan, L de O. (2019). Fogo que arde sem se ver: o amor romântico nas manifestações culturais e as desigualdades de gênero. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção 18*(54), 63-75. http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv18n54dez2019_completo.pdf#page=62

Ruiz-Palomino, E., Ballester-Arnal, R., Giménez-García, C. & Gil-Llario, M. D. (2021). Influence of beliefs about romantic love on the justification of abusive behaviors among early adolescents. *Journal of Adolescence* (92), 126-136. https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2021.09.001

Sepulveda, D. & Sepulveda, J. A. (2019). Trabalhando questões de gêneros: Criando e recriando currículos para a valorização do feminino. *Periferia 11*(4), 58-80 https://doi.org/10.12957/periferia.2019.42273

Streit , A. C. S. e S., Goulart, A. D., Gomes, J. M., Abianna, M. S., Alves, P. G. & Boeckel, M. G. (2022). Protocolo de Intervenção Online com Homens Acusados de Violência contra a Mulher: Experiência no Sul do Brasil. In A. Beiras et al. (Org.) *Grupos Para Homens Autores de Violência Contra as Mulheres no Brasil: Experiências e Práticas.* (1ª ed). CEJUR

Tokuda, A. M. P & Souza, L. L. de. (2022) Psicologia Social nos Grupos com Homens Autores de Violência Contra as Mulheres (Org.) ***Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos.*** (1ª ed). CEJUR

Vasconcellos, M. J. E. de (2002). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. (11ª ed.). Papirus.

Vasconcelos, C. S. D. S., & Cavalcante, L. I. C. (2019). Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. *Psicologia & sociedade, 31*. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31179960

Vincent, L., & McEwen, C. (2005). Sleeping with beauty; romantic love, sex, power and the construction of feminity in heterosexual young adult relationships. *Asian Women, 20*, 1-26.

World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women.* https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf

5 Conclusão Geral

Este trabalho teve como objetivo principal avaliar qualitativamente o Protocolo: Grupo Psicoeducativo com Homens Acusados de Violência Contra a Mulher (GPHAV), em sua versão on-line, a partir da compreensão e análise das concepções dos participantes acerca de: gênero, resolução de conflitos, violência e manejo emocional, abordadas em grupos focais realizados antes e após a intervenção. Como explorado e discutido ao longo do estudo, os resultados demonstraram que o protocolo aplicado é de extrema relevância e atinge seu propósito, que é fornecer recursos e promover reflexões e trocas que possibilitem uma maior flexibilização de ideias e, principalmente, uma maior responsabilização destes participantes diante de suas atitudes e comportamentos (violentos ou não), além da produção de novos significados.

Contudo, esta prática e análise vão muito além de uma avaliação e aprimoramento de um protocolo. É necessário, aos profissionais que trabalham e se dedicam a compreender e intervir com essa população, uma imersão na temática e compreensão histórica de nossos contextos sociais e o impacto da socialização nas relações de poder. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Famílias e Contextos, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, está sempre em busca de integrar os estudos com a prática: contando com supervisões semanais, seminários teóricos e uma parceria grupal que faz com que seja possível estar imerso em uma realidade tão desafiadora e tornando executáveis as intervenções e ações com o propósito de promover mudanças significativas em uma realidade tão impactada pela enraizada masculinidade hegemônica e pelo machismo.

A compreensão da perspectiva teórica sistêmico relacional e das metodologias utilizadas para se trabalhar com o contexto da violência preparam os facilitadores, em parte, para as situações e manejos vivenciados com estes homens, trazendo uma alternativa para reações culpabilizantes e punitivas. De forma alguma essa abordagem significa substituir as punições

legais, mas colocar a responsabilização em uma reflexão e reconhecimento que esses homens acabam não realizando fora dos grupos.

Como pesquisadora e mulher, destaco o desafio de estar trabalhando e buscando desconstruir estereótipos de gênero e concepções machistas. Desde o primeiro encontro já é possível perceber e identificar, escancaradamente na prática, a assimetria nas relações entre os sexos. Por vezes, com invalidações de minha fala, hostilidade por parte dos homens (tratamento que é percebido diferenciado ao colega homem) e atitudes que fizeram com que eu me sentisse atacada ou desrespeitada. Nessas situações, contar com a supervisão e acolhimento da equipe, torna-se essencial. Por fim, conseguir compreender a relação facilitadora e participantes do grupo e transitar entre o sistema micro e macro, e utilizar as técnicas e conhecimentos para me colocar nessas situações, permite que os participantes também reflitam sobre a existência de outras maneiras de se relacionar e se comunicar possíveis. Dessa maneira, é possível promover mudanças, objetivo tão central neste trabalho.

Acredito que, ainda como desafios da prática, podemos destacar a escassez de verbas e reconhecimento público para que ainda mais avanços e estudos sejam realizados, levando em consideração que as mudanças comportamentais e de concepções necessárias, requerem um acompanhamento contínuo, impactando todos os envolvidos nas violências perpetradas. Embora ainda exista um longo caminho para combater e resistir às políticas que inviabilizam tais ações e os setores que impossibilitam essa prática, já é possível observar um grande avanço, em território brasileiro, para se pensar intervenções com HAV.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para futuros estudos e incentive outros profissionais e pesquisadores a refletirem acerca de nossa prática, nossa sociedade, criticando e aprimorando as possíveis intervenções e potenciais de mudanças. Embora os desafios institucionais, estruturais, sociais e políticos existam, a luta pela não violência contra as mulheres deve permanecer confrontando as estruturas e opressões que a reproduz. O trabalho

com HAV deve se expandir e ser, cada vez menos, restrito à extinção de comportamentos violentos, dando espaço para reais mudanças e transformações.